

INSTITUTO FEDERAL
Rio Grande do Sul

Ministério da Educação
Instituto Federal de Educação,
Ciência e Tecnologia do Rio
Grande do Sul

Relatório Contábil do IFRS

e Demonstrações Contábeis Consolidadas

4º Trimestre/2021

REITOR

Júlio Xandro Heck

PRÓ-REITORA DE ADMINISTRAÇÃO

Tatiana Weber

PRÓ-REITOR ADJUNTO DE ADMINISTRAÇÃO

Márcio Cristiano dos Santos

DIRETORA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

Rosane Fabris

Chefe do Departamento de Contabilidade

Elisângela Batista Maciel

EQUIPE TÉCNICA – contadores

Ademir Gautério Troina Junior

Carla Regina Klein

Cristiane Ancila Michelin

Gilberto Takechi Genta

Jane Marusa Nunes Luiz

Luciana Lopes de Freitas

Luiz Antônio Hining

Magali Teresinha da Silva

Maicon Goulart Morales

Marinez Mauer

Patrícia Kisner

Pedro Sergio Mendes Leite

Roberto Russell Fossati

Robson da Silva Telles

Tatiane Berenice Gómez

Este documento é constituído por:

I – Declaração do Contador;

II – Demonstrações Contábeis;

III – Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR

Nos termos do Acórdão TCU nº 1464/2015-P e da Macrofunção 02.03.18 (Encerramento do Exercício de 2021), em atendimento à Portaria nº 04 MEC/SE/SPO, de 20 de novembro de 2019, consta a Declaração com Ressalva do Contador do Órgão 26419 – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, conforme segue:

DECLARAÇÃO DO CONTADOR	
Denominação completa (órgão)	Código do órgão
INST. FED. DE EDUC., CIENC. E TEC. DO RS	26419
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentários, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e das Mutações do Patrimônio Líquido), regidos pela Lei nº 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, relativas ao exercício do 4º Trimestre de 2020, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a:</p> <p>Restrição 315 – Falta ou restrição na conformidade dos registros de gestão.</p> <p>Diversos apontamentos de falta ou restrição na conformidade dos registros de gestão foram registrados no encerramento do exercício e nos meses antecedentes. Providências administrativas relatadas: não há providências relatadas de forma institucional. Não foram apontados prazos e apresentado cronograma de ação da providência relatada. Outras unidades não apresentaram providências a serem adotadas. O apontamento de falta ou restrição na conformidade dos registros de gestão foi recorrente no órgão durante o exercício de 2021 e anteriores.</p> <p>Restrição 316– Falta ou atraso no cumprimento de diligências.</p> <p>O Órgão não apresenta controle atualizado dos valores a receber derivados da folha e pagamento a título de reposição ao erário. Providências administrativas relatadas: não há providências relatadas de forma institucional. O apontamento de falta de controle dos valores a receber foi recorrente no órgão durante o exercício de 2021 e anterior.</p> <p>Restrição 318 - Não Atendimento de Orientação de órgão de Contabilidade e Setorial/Central.</p> <p>O Órgão não atendeu às orientações do órgão de Contabilidade e Setorial de implantação do SIADS, conforme ofício circular nº 38/2021 GAB/SPO/SPO-MEC e comunica 2022 0110011 da Setorial de Contabilidade do MEC, com prazo até 01/12/2021 para a implantação. Providências administrativas relatadas: “oficialmente teve início a implantação em dezembro de 2021, com a indicação dos responsáveis na UG 158141 junto a Secretaria do Tesouro Nacional por meio de uma comissão de implantação multiárea e multicampi. Neste momento nossa área de TI está avaliando tecnicamente com a STN, a forma de tratamento das informações do Sipac em comparação ao formato do banco de dados do Siads, visando agilizar tanto o tratamento quanto a migração das informações. A partir de janeiro terão início testes do módulo almoxarifado na Reitoria e no campus Bento Gonçalves, após os resultados desta 1º etapa, haverá expansão para os demais campi, ainda no módulo almoxarifado, o cronograma inicial é implantação em todos campi até julho/22. (PROAD/Reitoria).”</p> <p>Restrição 603 – Saldo contábil do almoxarifado não confere com RMA.</p> <p>O Órgão registra saldo divergente do Relatório de Movimentação de Almoxarifado, fato que tem se repetido em todos os exercícios. Providências administrativas relatadas: não há providências relatadas de forma institucional. Parcialmente, as providências relatadas foram: a). “estão em fase de conclusão os ajustes finais”. Esta</p>	

divergência já vem do exercício de 2020 e, no ano de 2021, até o encerramento do exercício, não foi realizado inventário dos materiais estocados no almoxarifado. Desta forma, o saldo contábil x estoque não reflete a realidade (campus Canoas); b). “a Pró-reitoria de Administração deve realizar os ajustes necessários no sistema” (campus Viamão); c). a Proad abriu processos de inventário de almoxarifado com todas unidades desde dezembro/21. Foi proposto um cronograma em conjunto com os diretores de administração, considerando que cada campus está com uma realidade distinta de retorno das atividades presenciais. Parte destes processos foram finalizados e o restante encontra-se em fase de finalização para análise de inconsistências e ajustes que possam se fazer necessários (PROAD/Reitoria).

Não foram apontados prazos e apresentado cronograma de ação das providências relatadas. Outras unidades não apresentaram providências a serem adotadas. O apontamento de saldo divergente do Relatório de Movimentação de Almoxarifado foi recorrente no órgão durante o exercício de 2021 e anteriores.

Restrição 632 – Saldo alongado ou indevido nas contas transitórias do ativo não circulante - imobilizado.

O Órgão registra saldo alongado relativo a obras em andamento. **Providências administrativas relatadas:** não há providências relatadas de forma institucional. Parcialmente, a providência relatada foi: *“aguardando a manifestação da Diretoria de Projetos e Obras - DPO”* (campus Rolante). Não foram apontados prazos e apresentado cronograma de ação da providência relatada para 2021. O saldo encontra-se com registro alongado desde abril de 2020.

Restrição 633 – Saldo alongado/indevido em contas transitórias do ativo não circulante - intangível.

O Órgão não apresenta controle consolidado de intangível, fato que tem se repetido nos exercícios antecedentes. **Providências administrativas relatadas:** não há providências relatadas de forma institucional. Não foram apontados prazos e apresentado cronograma de ação das providências relatadas. Outras unidades não apresentaram providências a serem adotadas. O apontamento de falta de controle do ativo intangível foi recorrente no órgão durante o exercício de 2021 e anteriores (campus Alvorada e Viamão).

Restrição 634 – Falta avaliação dos bens móveis, imóveis, intangíveis e outros.

O Órgão não realizou a reavaliação de ativos conforme determinações das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, contidas na NBCT 16.10, MCASP 7ª Edição e Macrofunção Siafi 02.03.35 – Reavaliação e Redução ao Valor Recuperável, e de acordo com o solicitado no Acórdão 5.603/2017 – TCU – 2ª Câmara. **Providências administrativas relatadas:** não há providências relatadas de forma institucional. Parcialmente, as providências relatadas foram: a). *“será realizado pela pró-reitoria de administração até o segundo semestre de 2022”* (diversos campi); b). *“existe ciência da necessidade do processo de reavaliação e estamos buscando formas dentro e fora do IFRS para equalizar essa inconsistência que vem de alguns exercícios (PROAD/Reitoria).*

Não foram apontados prazos e apresentado cronograma de ação das providências relatadas. Outras unidades não apresentaram providências a serem adotadas. O apontamento de falta de avaliação dos bens móveis, imóveis, intangíveis e outros foi recorrente no órgão durante o exercício de 2021 e anteriores.

Restrição 640 – Saldo contábil de bens móveis não confere com RMB.

O Órgão registra saldo divergente do Relatório de Movimentação de Bens Móveis, fato que tem se repetido em todos os exercícios. **Providências administrativas relatadas:** não há providências relatadas de forma institucional. Parcialmente, as providências relatadas foram: a). *“o tratamento das informações relativas à conciliação está em andamento”* (campus Porto Alegre); b). *“devido a pandemia de Covid19, atividades presenciais suspensas por grande parte do ano e com retorno gradual ainda ocorrendo, não foi possível estruturar processo de inventário patrimonial referente ao exercício 2021, principalmente nomear comissão para as tarefas de campo porque devemos respeitar as questões sanitárias e adequar os processos conforme o retorno for ocorrendo. A Proad que coordena e dispara os processos anualmente, está ciente e propõem um processo unificado no IFRS ao longo de 2022 quando também será realizada a migração do sistema de controle patrimonial.(PROAD/Reitoria).*

Não foram apontados prazos e apresentado cronograma de ação das providências relatadas. Outras unidades não apresentaram providências a serem adotadas. O apontamento de saldo divergente do Relatório de Movimentação de Bens Móveis foi recorrente no órgão durante o exercício de 2021 e anteriores.

Restrição 642 – Falta ou evolução incompatível da depreciação do ativo imobilizado.

O Órgão registra evolução incompatível com o cálculo da depreciação do ativo imobilizado. **Providências administrativas relatadas:** não há providências relatadas de forma institucional. Parcialmente, as providências relatadas foram: a).“*o problema deve ser resolvido/gerenciado pela reitoria*” (campus Canoas, Farroupilha, Rolante); b).“*analista da TI será chamado para apresentar uma alternativa/solução*” (campus Restinga). Não foram apontados prazos e apresentado cronograma de ação das providências relatadas. Outras unidades não apresentaram providências a serem adotadas. O apontamento de evolução incompatível com o cálculo da depreciação do ativo imobilizado foi recorrente no órgão durante o exercício de 2021 e anteriores.

Restrição 643 – Falta ou evolução incompatível da amortização do ativo intangível.

O Órgão registra evolução incompatível com o cálculo da amortização do ativo intangível. **Providências administrativas relatadas:** não há providências relatadas de forma institucional. Parcialmente, as providências relatadas foram: a).“*analista da TI será chamado para apresentar uma alternativa/solução*” (campus Restinga); b).“*o problema deve ser resolvido/gerenciado/orientado pela reitoria*” (campus Farroupilha e Ibirubá); c).“*será implantado um novo sistema*”(campus Feliz). Não foram apontados prazos e apresentado cronograma de ação das providências relatadas. Outras unidades não apresentaram providências a serem adotadas. O apontamento de falta ou evolução incompatível com o cálculo da amortização do ativo intangível foi recorrente no órgão durante o exercício de 2021 e anteriores.

Restrição 653 – Saldos alongados/indevidos contas de controle.

O Órgão não possui documentos de controle de garantias recebidas, de direitos e obrigações contratuais e de responsabilidade de terceiros que possam ser conciliados com as respectivas contas de controle, conforme normatiza a Macrofunção 020318 – Encerramento de Exercício. **Providências administrativas relatadas:** não há providências relatadas de forma institucional. O apontamento de ausência de documentos de controle de garantias recebidas, de direitos e obrigações contratuais e de responsabilidade de terceiros foi recorrente no órgão durante o exercício de 2021 e anteriores.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Local	Bento Gonçalves	Data	28/01/2022
Contador Resp.	Elisângela Batista Maciel	CRC nº	72.510

Demonstrações contábeis

Balanço Patrimonial



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO 26419 - INST.FED.DE EDUC., CIEN.C.E. TEC.DO RS - AUTARQUIA
ORÇAO 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
EXERCÍCIO 2021
PERÍODO QUARTO TRIMESTRE (Encerrado) (Fechado)
EMISSÃO 17/01/2022
VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020	ESPECIFICAÇÃO	2021	2020
ATIVO CIRCULANTE	42.160.475,41	32.954.342,02	PASSIVO CIRCULANTE	88.651.526,94	88.483.014,86
Caixa e Equivalentes de Caixa	32.192.850,17	27.505.918,86	Obrigações Trab. Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	36.344.864,85	40.244.571,91
Créditos a Curto Prazo	4.177.298,52	856.772,54	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Clientes	14.170,00	5.878,00	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	796.932,23	670.041,18
Demais Créditos e Valores	4.163.128,52	851.785,38	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	9.509,49	-
(-) Ajustes para Perdas em Créditos a Curto Prazo	-	-890,84	Obrigações de Repartição a Outros Entes	-	-
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-	Provisões a Curto Prazo	-	-
Estoques	4.662.678,18	4.220.606,94	Demais Obrigações a Curto Prazo	51.500.220,37	47.568.401,77
Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda	-	-			
VPDs Pagas Antecipadamente	1.127.648,54	371.043,68			
ATIVO NÃO CIRCULANTE	291.950.738,61	289.531.904,67	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	1.637.195,38	3.562,34
Ativo Realizável a Longo Prazo	138.120,20	138.026,40	Obrigações Trab. Prev. e Assist. a Pagar a Longo Prazo	1.633.633,04	-
Créditos a Longo Prazo	138.120,20	138.026,40	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Dívida Ativa Não Tributária	103.120,01	103.017,74	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores	38.112,38	38.112,38	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
(-) Ajustes para Perdas em Créditos a Longo Prazo	-3.112,19	-3.103,72	Provisões a Longo Prazo	-	-
Estoques	-	-	Demais Obrigações a Longo Prazo	3.562,34	3.562,34
Investimentos	-	-	Resultado Diferido	-	-
Participações Permanentes	-	-			
Propriedades para Investimento	-	-	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	90.288.722,32	88.486.577,20
Propriedades para Investimento	-	-			
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/	-	-	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para	-	-	ESPECIFICAÇÃO	2021	2020
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-	Patrimônio Social e Capital Social	-	-
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-	Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos	-	-	Reservas de Capital	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Reservas de Lucros	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest.	-	-	Demais Reservas	-	-
Imobilizado	290.862.544,19	288.604.975,39	Resultados Acumulados	243.822.491,70	233.999.669,49
Bens Móveis	50.943.626,30	51.760.912,41	Resultado do Exercício	9.774.130,55	-6.227.420,12
Bens Móveis	121.688.947,88	115.273.208,02	Resultados de Exercícios Anteriores	233.999.669,49	240.192.318,90
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de	-70.745.321,58	-63.512.295,61	Ajustes de Exercícios Anteriores	48.691,66	34.770,71
Bens Móveis	-	-	(-) Ações / Cotas em Tesouraria	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	243.822.491,70	233.999.669,49
Bens Imóveis	239.918.917,89	236.844.062,98			
Bens Imóveis	245.047.469,14	241.577.796,56			
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens	-5.128.551,25	-4.733.733,58			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-			
Intangível	950.074,22	788.902,88			
Softwares	950.074,22	788.902,88			
Softwares	1.478.846,67	1.329.890,78			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-528.772,45	-540.987,90			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas,	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de	-	-			
Diferido	-	-			
TOTAL DO ATIVO	334.111.214,02	322.486.246,69	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	334.111.214,02	322.486.246,69

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020	ESPECIFICAÇÃO	2021	2020
ATIVO FINANCEIRO	32.192.850,17	27.505.918,86	PASSIVO FINANCEIRO	58.626.270,81	58.736.743,05
ATIVO PERMANENTE	301.918.363,85	294.980.327,83	PASSIVO PERMANENTE	57.725.004,69	61.055.840,56
			SALDO PATRIMONIAL	217.759.938,52	202.693.663,08

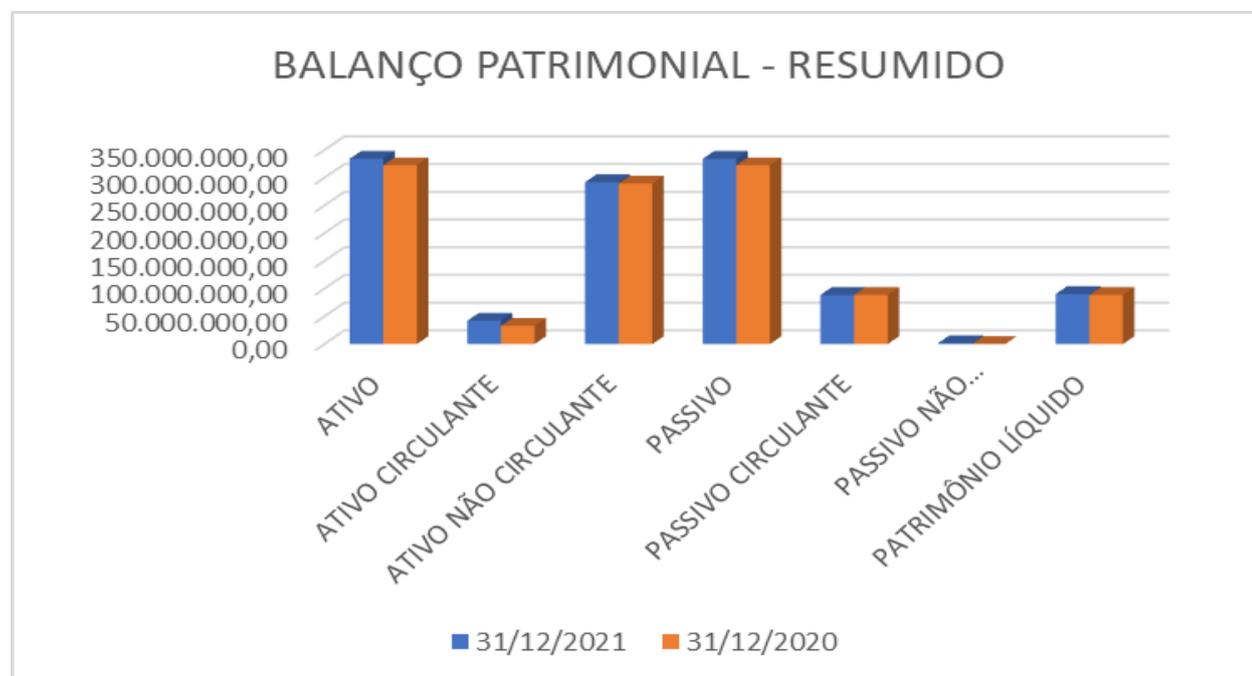
QUADRO DE COMPENSAÇÕES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020	ESPECIFICAÇÃO	2021	2020
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS	26.193.273,23	23.440.621,39	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS	45.151.647,88	28.223.900,72
Atos Potenciais Ativos	26.193.273,23	23.440.621,39	Atos Potenciais Passivos	45.151.647,88	28.223.900,72
Garantias e Contra garantias	2.566.355,13	2.004.722,75	Garantias e Contra garantias	-	-
Direitos Conveniados e	23.460.941,67	21.275.770,58	Obrigações Conveniadas e	266.042,51	532.085,02
Direitos Contratuais	165.976,43	160.128,06	Obrigações Contratuais	44.885.605,37	27.691.815,70
Outros Atos Potenciais Ativos	-	-	Outros Atos Potenciais	-	-
TOTAL	26.193.273,23	23.440.621,39	TOTAL	45.151.647,88	28.223.900,72

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DEFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS		SUPERÁVIT/DEFICIT FINANCEIRO	
Recursos Ordinários			-21.360.197,65
Recursos Vinculados			-5.073.222,99
Educação			-2.575.792,82
Seguridade Social (Exceto Previdência)			-68.770,41
Previdência Social (RPPS)			-
Dívida Pública			-2.243.447,59
Alienação de Bens e Direitos			45,12
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas			-185.257,29
TOTAL			-26.433.420,64

O Balanço Patrimonial evidencia os ativos e passivos, e sua evolução em 2021 com relação a 2020. Os ativos compreendem os saldos de recursos financeiros e patrimoniais controlados pelo IFRS, com capacidade de geração de benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços, ao passo que os passivos compreendem os saldos de suas obrigações presentes, decorrente de eventos passados e com alta probabilidade de desembolso futuro. O Patrimônio líquido (PL) representa a diferença entre o total dos ativos e o total dos passivos, sendo uma importante referência sobre a situação financeira de qualquer entidade.



Fonte: Siafi 2020 e 2021 (BP)

Conforme demonstrado no gráfico, o IFRS encerrou o 4º trimestre de 2021 com um ativo líquido da ordem de R\$ 334 milhões, onde apresentou um acréscimo de 3,6%, quando comparado ao exercício de 2020. O Ativo Circulante obteve uma elevação de 27,94%, considerando o último exercício. O Ativo não circulante não teve uma alteração significativa, não alcançando 1%. O Passivo Circulante não demonstrou alteração na comparação dos exercícios de 2020 e 2021, porém, o Passivo Não Circulante teve uma variação para mais de 45.000%. Isso ocorreu em razão da conta Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Longo Prazo, que passaram de zero em 2020 para R\$ 1.633.633,04 em 2021.

Demonstração das Variações Patrimoniais



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO 26419 - INST. FED. DE EDUC., CIENC. E TEC. DO RS - AUTARQUIA
ORGÃO 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
EXERCÍCIO 2021
PERÍODO QUARTO TRIMESTRE (Encerrado) (Fechado)
EMISSÃO 17/01/2022
VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2021	2020
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	566.822.532,50	543.433.015,72
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	1.411.164,06	788.949,63
Venda de Mercadorias	1.320.174,92	667.502,60
Vendas de Produtos	1.248,00	28.782,93
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	89.741,14	92.664,10
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	1.633,79	4.292,15
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	1.633,79	3.720,08
Variações Monetárias e Cambiais	-	36,14
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	535,93
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	541.586.375,07	523.188.851,04
Transferências Intragovernamentais	540.346.419,49	521.111.110,92
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	1.239.955,58	2.077.740,12
Valorização e Ganhos o/ Ativos e Desincorporação de Passivos	23.402.881,95	19.238.350,08
Reavaliação de Ativos	5.906.480,29	4.711.931,94
Ganhos com Alienação	6.535,25	473,05
Ganhos com Incorporação de Ativos	299.005,45	318.634,56
Ganhos com Desincorporação de Passivos	17.190.860,96	14.207.310,53
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	420.477,63	212.572,82
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	420.477,63	212.572,82
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	557.048.401,95	549.660.435,84
Pessoal e Encargos	407.299.471,70	398.908.764,61
Remuneração a Pessoal	324.973.391,90	320.336.630,95
Encargos Patronais	66.680.107,78	62.462.854,61
Benefícios a Pessoal	14.956.615,71	15.427.799,41
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	689.356,33	681.479,64
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	39.810.310,33	35.800.885,62
Aposentadorias e Reformas	28.260.289,71	25.446.887,05
Pensões	7.013.189,12	5.920.635,43
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	4.536.831,50	4.433.363,14
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	40.933.550,53	40.553.413,97
Uso de Material de Consumo	6.516.129,29	5.910.108,10
Serviços	26.078.921,10	26.507.732,75
Depreciação, Amortização e Exaustão	8.338.500,14	8.135.573,12
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	3.986,93	2.977,99
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	3.909,82	2.977,99
Variações Monetárias e Cambiais	77,11	-
Descontos Financeiros Concedidos	-	-
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	47.834.619,29	50.381.559,91
Transferências Intragovernamentais	47.050.817,49	48.540.022,20
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	53.504,00	69.059,00
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	730.297,80	1.772.478,71
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	9.461.578,88	10.524.958,96
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	28,47	3.994,86
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	15.571,07	2.241,25
Incorporação de Passivos	3.539.449,28	6.431.186,36
Desincorporação de Ativos	5.906.530,06	4.087.536,49
Tributárias	94.934,41	74.717,06
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	70.407,51	55.800,99
Contribuições	24.526,90	18.916,07
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	11.609.949,88	13.413.157,72
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	11.598.182,24	13.394.029,61
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	11.767,64	19.128,11
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	9.774.130,55	-6.227.420,12

Balço Orçamentário



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOUREO NACIONAL

TITULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO 26419 - INST.FED.DE EDUC.,CIEN.C.E TEC.DO RS - AUTARQUIA
ORGÃO 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
EXERCÍCIO 2021
PERÍODO QUARTO TRIMESTRE (Encerrado) (Fechado)
EMISSÃO 17/01/2022
VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREMSÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	1.200.325,00	1.200.325,00	1.529.671,10	329.246,10
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social	-	-	-	-
Receita Patrimonial	121.088,00	121.088,00	33.425,30	-87.662,70
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	121.088,00	121.088,00	33.425,30	-87.662,70
Valores Mobiliários	-	-	-	-
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita Agropecuária	711.779,00	711.779,00	1.311.882,92	600.103,92
Receita Industrial	65.065,00	65.065,00	1.248,00	-63.817,00
Receitas de Serviços	289.517,00	289.517,00	34.280,27	-255.236,73
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	289.517,00	289.517,00	34.280,27	-255.236,73
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	12.876,00	12.876,00	148.734,61	135.858,61
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	12.876,00	12.876,00	8.445,16	-4.430,84
Indenizações, Restituições e Resarcimentos	-	-	140.289,45	140.289,45
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	247.500.453,00	247.500.453,00	11.609,00	-247.488.844,00
Operações de Crédito	247.485.853,00	247.485.853,00	-	-247.485.853,00
Operações de Crédito Internas	247.485.853,00	247.485.853,00	-	-247.485.853,00
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Alienação de Bens	14.600,00	14.600,00	11.609,00	-2.991,00
Alienação de Bens Móveis	14.600,00	14.600,00	11.609,00	-2.991,00
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	248.700.778,00	248.700.778,00	1.541.180,10	-247.159.597,90
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	248.700.778,00	248.700.778,00	1.541.180,10	-247.159.597,90
DEFICIT	-	-	492.728.089,53	492.728.089,53
TOTAL	248.700.778,00	248.700.778,00	494.269.269,63	245.568.491,63
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS	-	13.358.350,00	-	-13.358.350,00
Superavit Financeiro	-	-	-	-
Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados	-	13.358.350,00	-	-

Fonte: SIAFI 2020 e 2021

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	493.526.045,00	499.411.714,00	483.621.296,19	473.404.714,15	441.213.593,51	15.790.417,81
Pessoal e Encargos Sociais	423.028.465,00	435.733.451,00	421.432.835,62	421.339.018,48	391.800.951,93	14.300.615,38
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	70.497.580,00	63.678.263,00	62.188.460,57	52.065.695,67	49.412.641,58	1.489.802,43
DESPESAS DE CAPITAL	84.997,00	7.557.678,00	10.647.973,44	1.547.750,56	1.470.987,86	-3.090.295,44
Investimentos	84.997,00	7.557.678,00	10.647.973,44	1.547.750,56	1.470.987,86	-3.090.295,44
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	493.611.042,00	506.969.392,00	494.269.269,63	474.952.464,71	442.684.581,37	12.700.122,37
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	493.611.042,00	506.969.392,00	494.269.269,63	474.952.464,71	442.684.581,37	12.700.122,37
TOTAL	493.611.042,00	506.969.392,00	494.269.269,63	474.952.464,71	442.684.581,37	12.700.122,37

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	3.399.839,08	12.512.367,94	11.924.084,26	11.898.307,35	2.458.650,94	1.555.248,73
Pessoal e Encargos Sociais	-	50.910,80	50.910,80	50.910,80	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	3.399.839,08	12.461.457,14	11.873.173,46	11.847.396,55	2.458.650,94	1.555.248,73
DESPESAS DE CAPITAL	2.895.881,83	12.497.917,56	8.666.897,98	8.630.973,76	1.483.081,45	5.279.744,18
Investimentos	2.895.881,83	12.497.917,56	8.666.897,98	8.630.973,76	1.483.081,45	5.279.744,18
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	6.295.720,91	25.010.285,50	20.590.982,24	20.529.281,11	3.941.732,39	6.834.992,91

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	17.192,28	26.898.175,98	26.893.403,38	5.198,60	16.766,28
Pessoal e Encargos Sociais	-	24.753.098,05	24.753.098,05	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	17.192,28	2.145.077,93	2.140.305,33	5.198,60	16.766,28
DESPESAS DE CAPITAL	3.238,46	368.732,20	371.970,66	-	-
Investimentos	3.238,46	368.732,20	371.970,66	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	20.430,74	27.266.908,18	27.265.374,04	5.198,60	16.766,28

Fonte: SIAFI 2020 e 2021

Balço Financeiro



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO BALÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO 26419 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO RS - AUTARQUIA
ORGÃO 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
EXERCÍCIO 2021
PERÍODO QUARTO TRIMESTRE (Encerrado) (Fechado)
EMISSÃO 17/01/2022
VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020	ESPECIFICAÇÃO	2021	2020
Receitas Orçamentárias	1.541.180,10	836.876,13	Despesas Orçamentárias	494.269.269,63	479.317.211,22
Ordinárias	-	-	Ordinárias	461.782.663,84	415.584.573,77
Vinculadas	1.555.390,97	842.986,91	Vinculadas	32.486.605,79	63.732.637,45
Educação	138.160,67	9.429,46	Educação	2.674.569,88	2.667.005,08
Previdência Social (RPPS)	-	-	Seguridade Social (Exceto Previdência)	15.775.573,18	3.056.007,11
Alienação de Bens e Direitos	11.609,00	4.996,80	Previdência Social (RPPS)	11.805.238,29	20.256.786,77
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e	1.405.621,30	828.560,65	Dívida Pública	-	36.906.657,73
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-14.210,87	-6.110,78	Alienação de Bens e Direitos	11.600,00	4.960,68
			Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e	2.219.624,44	841.220,08
Transferências Financeiras Recebidas	540.346.419,49	521.111.110,92	Transferências Financeiras Concedidas	47.050.817,49	48.540.022,20
Resultantes da Execução Orçamentária	500.955.552,47	486.507.047,78	Resultantes da Execução Orçamentária	28.717.831,85	34.051.737,19
Repasse Recebido	472.513.763,13	452.721.353,10	Repasse Concedido	276.042,51	266.042,51
Sub-repasse Recebido	28.441.789,34	33.785.694,68	Sub-repasse Concedido	28.441.789,34	33.785.694,68
Independentes da Execução Orçamentária	39.390.867,02	34.604.063,14	Independentes da Execução Orçamentária	18.332.985,64	14.488.285,01
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	38.358.659,16	33.773.657,12	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	17.881.053,56	14.305.118,17
Movimentação de Saldos Patrimoniais	1.032.207,86	830.406,02	Movimento de Saldos Patrimoniais	451.932,08	183.166,84
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	52.206.795,22	52.723.149,32	Pagamentos Extraorçamentários	48.087.376,38	51.618.681,31
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	32.267.883,34	27.187.488,29	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	27.265.374,04	34.018.489,09
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	19.316.804,92	25.010.285,50	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	20.529.281,11	17.272.121,55
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	349.573,58	347.576,95	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	290.880,55	327.179,83
Outros Recebimentos Extraorçamentários	272.533,38	177.798,58	Outros Pagamentos Extraorçamentários	1.840,68	890,84
Arrecadação de Outra Unidade	271.642,54	173.726,01	Valores Compensados	-	890,84
Valores para Compensação	890,84	-	Demais Pagamentos	1.840,68	-
Demais Recebimentos	-	4.072,57			
Saldo do Exercício Anterior	27.505.918,86	32.310.697,22	Saldo para o Exercício Sequente	32.192.850,17	27.505.918,86
Caixa e Equivalentes de Caixa	27.505.918,86	32.310.697,22	Caixa e Equivalentes de Caixa	32.192.850,17	27.505.918,86
TOTAL	621.600.313,67	606.981.833,59	TOTAL	621.600.313,67	606.981.833,59

Fonte: SIAFI 2020 e 2021

Demonstração dos Fluxos de Caixa



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO 26419 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO RS - AUTARQUIA
UNIDADE 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
SUPERIOR EXERCÍCIO 2021
PERÍODO QUARTO TRIMESTRE (Encerrado) (Fechado)
EMISSÃO 17/01/2022
VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2021	2020
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	15.149.254,59	6.070.458,46
INGRESSOS	542.498.097,55	522.468.365,78
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Patrimonial	33.425,30	40.022,47
Receita Agropecuária	1.311.882,92	667.502,60
Receita Industrial	1.248,00	28.782,93
Receita de Serviços	34.280,27	56.361,71
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	148.734,61	39.209,62
Transferências Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Recebidas	-	-
Outros Ingressos Operacionais	540.968.526,45	521.636.486,45
Ingressos Extraorçamentários	349.573,58	347.576,95
Transferências Financeiras Recebidas	540.346.419,49	521.111.110,92
Arrecadação de Outra Unidade	271.642,54	173.726,01
Valores para Compensação	890,84	-
Demais Recebimentos	-	4.072,57
DESEMBOLSOS	-527.348.842,96	-516.397.907,32
Pessoal e Demais Despesas	-415.473.733,96	-406.963.935,92
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-	-
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-32.664.172,64	-30.850.869,29
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-382.507.192,56	-375.677.301,11
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-273.182,10	-373.992,23
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-34.043,96
Encargos Especiais	-29.186,66	-27.729,33
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-64.531.570,28	-60.565.878,53
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-64.478.066,28	-60.496.819,53
Outras Transferências Concedidas	-53.504,00	-69.059,00
Outros Desembolsos Operacionais	-47.343.538,72	-48.868.092,87
Dispêndios Extraorçamentários	-290.880,55	-327.179,83
Transferências Financeiras Concedidas	-47.050.817,49	-48.540.022,20
Valores Compensados	-	-890,84
Demais Pagamentos	-1.840,68	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-10.462.323,28	-10.875.236,82
INGRESSOS	11.609,00	4.996,80
Alienação de Bens	11.609,00	4.996,80
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-10.473.932,28	-10.880.233,62
Aquisição de Ativo Não Circulante	-10.017.915,78	-10.778.303,05
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-456.016,50	-101.930,57
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Dependentes	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	4.686.931,31	-4.804.778,36
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	27.505.918,86	32.310.697,22
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	32.192.850,17	27.505.918,86

Fonte: SIAFI 2020 e 2021

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26419 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO RS - AJTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

Especificação	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações/Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2020	240.192.318,90	-	-	240.192.318,90
Varição Cambial	-	-	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	-4.057,63	-	-	-4.057,63
Aumento/Redução de Capital	-	-	-	-
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	38.828,34	-	-	38.828,34
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-6.227.420,12	-	-	-6.227.420,12
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-	-
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-	-	-
Saldo Final do Exercício 2020	233.999.669,49	-	-	233.999.669,49

Especificação	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações/Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2021	233.999.669,49	-	-	233.999.669,49
Varição Cambial	-	-	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	48.691,66	-	-	48.691,66
Aumento/Redução de Capital	-	-	-	-
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-
Resultado do Exercício	9.774.130,55	-	-	9.774.130,55
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-	-
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-	-	-
Saldo Final do Exercício 2021	243.822.491,70	-	-	243.822.491,70

Fonte: Siafi 2020 e 2021

Base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis

As Demonstrações Contábeis (DCON) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público (NBCT SP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e o Manual SIAFI, ambos da secretaria do Tesouro Nacional, exceto no tocante a:

(a) Caixa e equivalentes de caixa

Até a data de encerramento do trimestre, os saldos em caixa e equivalentes de caixa, exceto recursos liberados pelo Tesouro, não foram conciliados com extrato ou documento de controle que viabilizasse a conformidade das contas. Documentos não foram apresentados.

O respectivo saldo escriturado em 31/12/2021 é de R\$ 189.823,36.

(b) Créditos a curto prazo

Até a data de encerramento do exercício, os saldos de adiantamentos concedidos a pessoal não foram conciliados com o sistema da folha de pagamento de forma que no final do exercício pudesse refletir apenas os adiantamentos concedidos e ainda não descontados, referentes ao exercício seguinte. O referido documento do sistema gerencial da folha de pagamentos não foi apresentado e o saldo escriturado de adiantamentos concedidos em 31/12/2021 é de R\$ 3.607.376,73.

“Clientes” são Faturas ou Duplicatas a Receber de vendas a prazo realizadas pelo Campus Bento Gonçalves, anteriores a 2011 e 2012, cujo respectivo pagamento não foi realizado até 31/12/2021. Após 2012, não foi mais permitida a venda a prazo e a entrega das mercadorias acontece mediante apresentação do comprovante de pagamento. Em 2021 foi realizada nova venda a prazo, no valor de R\$ 8.292,00, que ora não foi liquidada até o encerramento do exercício. Em 31/12/2021, o saldo alongado da conta Clientes é de R\$ 14.170,00.

(c) Dívida ativa não tributária

Até a data de encerramento de exercício, não foi apresentado documento gerencial de controle da dívida ativa não tributária que viabilize a conciliação de saldos e ateste, com segurança e fidedignidade, os valores escriturados neste título. Em 31/12/2021, o saldo em dívida ativa não tributária é de R\$ 103.120,01.

(d) Bens móveis

Durante todo o exercício, manteve-se divergente o saldo SIAFI de bens móveis em relação ao correspondente documento de controle gerencial, Relatório de Movimentação de Bens Móveis – RMB, e não há registro de laudos de reavaliação dos ativos (bens móveis, imóveis, intangíveis e outros), de modo que as contas correspondentes não refletem com confiabilidade o ativo escriturado.

Não há registro de laudo de inventário consolidado que viabilize conciliação das contas desse título e que, paralelamente, ateste com confiabilidade o saldo em bens não localizados e que permita a promoção de descontinuidade dos bens. Em 31/12/2021 o saldo da conta Bens Móveis é de R\$ 121.688.947,88. O saldo, em 31/12/2021, de bens não localizados, é de R\$ 2.137.731,36. Há saldo na conta de Bens Móveis a Classificar, no valor de R\$ 37.291,55.

A divergência total do saldo de bens móveis e intangíveis no SIAFI e o saldo de bens móveis e intangíveis no controle patrimonial, em 31/12/2021, é de R\$ 1.051.458,73.

Até a data de encerramento de exercício, não foram corrigidos problemas de cálculo do relatório de depreciação e amortização acumulada, de modo que os registros desses títulos não refletem com confiabilidade a depreciação acumulada de bens móveis e amortização acumulada de bens intangíveis.

(e) Ativo intangível

Até a data de encerramento de exercício, não foram apresentados documentos de controle dos ativos intangíveis e amortização acumulada, de modo que os registros desse título não refletem com fidedignidade o ativo escriturado.

Em 31/12/2021, o saldo em ativos intangíveis é de R\$ 1.478.846,67, considerando o valor bruto, sem descontar a amortização acumulada.

(f) Obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar

Até a data de encerramento do trimestre, o sistema de folha de pagamento não apresentou relatório que permita conciliação das contas de obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais, de modo que os saldos escriturados possam refletir a realidade, com segurança e fidedignidade. Em 31/12/2021, as obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar escrituradas somam R\$ 36.344.864,85.

Faltam informações administrativas que justifiquem parte dos encargos recolhidos de contribuição previdenciárias ao INSS relativas aos contratos temporários. Considerando que a competência de novembro tem um valor declarado em torno de R\$ 290 mil, até competência dezembro/2021 o valor líquido acumulado recolhido a maior (a partir de jan/2018) ultrapasse os R\$ 690 mil, ou 5,4% do valor total declarado.

(g) Conformidade de gestão

Durante todo o exercício, foram apontadas ausências ou restrições no registro de conformidade de gestão em diversas unidades gestoras, de modo que a execução orçamentária, financeira e patrimonial não reflete, na sua totalidade e com confiabilidade, os atos e fatos de gestão.

(h) Atos potenciais

Até a data de encerramento do trimestre, os saldos de contratos celebrados não foram conciliados com documento de controle do sistema gerencial que viabilize, de forma confiável, a conformidade contábil das contas do grupo de controle devedores/credores. De tal forma, os saldos desse grupo não refletem com fidedignidade os atos potenciais dos direitos contratuais em execução. Em 31/12/2021 a execução de obrigações contratuais, escrituradas em contas de controle somam R\$ 72.382.732,19.

As DCON foram elaboradas a partir das informações constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), e tiveram como escopo as informações consolidadas das contas contábeis das unidades do órgão 26419 – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul autarquia da administração direta que é integrante do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS).

As estruturas e a composição das Demonstrações Contábeis estão de acordo com o padrão da contabilidade aplicada ao setor público brasileira e são compostas por:

- I. Balanço Patrimonial (BP);**
- II. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);**
- III. Balanço Orçamentário (BO);**
- IV. Balanço Financeiro (BF);**
- V. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC);**
- VI. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) e;**
- VII. Notas Explicativas.**

Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis

A seguir são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do RS, tendo em consideração as alternativas e premissas do modelo de contabilidade aplicada ao setor público.

Moeda funcional

A moeda funcional é o Real.

Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em caixa, conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

A conta única, derivada do princípio de unidade de tesouraria (conforme art. 1º e 2º do Decreto nº 93.872/1986), é mantida no BACEN e acolhe todas as disponibilidades financeiras da União, inclusive dos fundos, das fundações, das autarquias e das empresas estatais dependentes. Ela é subdividida em Conta Única recursos Tesouro Nacional, Conta Única recursos Previdenciários e Conta Única recursos Dívida Pública.

Créditos a curto prazo

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: (i) créditos tributários; (ii) créditos não tributários; (iii) dívida ativa; (iv) transferências concedidas; (v) empréstimos e financiamentos concedidos; (vi) adiantamentos e; (vi) valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicável.

Estoques

Compreendem os produtos em almoxarifado e adiantamento a fornecedores. Nas entradas, os estoques são avaliados e mensurados pelo valor de aquisição ou produção/construção e, nas saídas, pelo custo médio ponderado.

Ativo realizável a longo prazo

Compreendem os direitos a receber a longo prazo principalmente com: (i) créditos tributários; (ii) créditos não tributários; (iii) dívida ativa; (iv) empréstimos e financiamentos concedidos; (v) investimentos temporários e; (vi) estoques. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor original e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações e correções monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações.

Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, no IFRS, são os softwares, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida).

Depreciação, amortização ou exaustão de bens móveis

A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação é o das quotas constantes.

Como regra geral, a depreciação de bens móveis deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês forem relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

As informações da depreciação dos bens móveis do IFRS são apuradas pelo Sistema Integrado de Gestão (SIG), que utiliza como regra de cálculo os seguintes parâmetros:

- Método das quotas constantes;
- Utilização da tabela definida pela Coordenação-Geral de Contabilidade – CCONT/SUCON/STN/MF, constante no Manual SIAFI, assunto 020330 Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, Autarquias e Fundações.

Depreciação de bens imóveis

As informações da depreciação dos bens imóveis são apuradas pelo Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário da União – SPIUnet, que é gerido pela Secretaria de Patrimônio da União – SPU, nos termos da Portaria Conjunta MF/MPOG nº 703, de 10 de dezembro de 2014.

Para fins contábeis, após mensuração e lançamento nos sistemas corporativos da SPU, os valores dos bens imóveis de uso especial da União, autarquias e fundações públicas federais são:

I – Atualizados sistematicamente, a cada ano, na data base de 31 de dezembro, independentemente da classificação;

II – Reavaliados, aqueles nos quais:

- Seja aplicado, a título de benfeitoria, valor percentual igual ou superior ao estipulado pela SPU;
- Houver alteração de área construída, independentemente do valor investido;
- Seja comprovada a ocorrência de quaisquer sinistros, tais como incêndio, desmoronamento, desabamento, arruinamento, dentre outros.

O valor depreciado dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da aquisição, utilizando-se, para tanto, o Método da Parábola de Kuentzle, expressa na seguinte equação:

$$Kd = (n2 - x2) / n2, \text{ onde:}$$

Kd = coeficiente de depreciação

N = vida útil da aquisição

X = vida útil transcorrida da aquisição

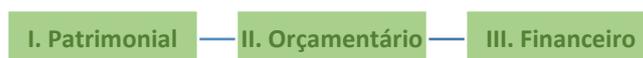
Para fins da depreciação, a vida útil é definida com base no laudo de avaliação específico ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela SPU segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada é zerada e reiniciada a partir do novo valor. O valor residual é estabelecido pela STN e comunicado à SPU.

Passivos

As obrigações são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis. Os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão: (i) obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; (ii) empréstimos e financiamentos; (iii) fornecedores e contas a pagar; (iv) obrigações fiscais; (v) obrigações de repartições a outros entes; (vi) provisões; e (vii) demais obrigações.

Apuração do Resultado

No modelo de contabilidade aplicada ao setor público, é possível a apuração dos seguintes resultados:



Resultado patrimonial

A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD).

As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção se refere às receitas

tributárias e às transferências recebidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com a contabilidade aplicada ao setor público.

As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorreram decréscimos nos benefícios econômicos para a União, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção se refere às despesas oriundas da restituição de receitas tributárias e às transferências concedidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para conta de *Superávit/Déficit* do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

Resultado orçamentário

O regime orçamentário da União segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas.

O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O *superávit/déficit* é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

Resultado financeiro

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extra orçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades da União.

No Balanço Financeiro, é possível identificar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades da União, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Notas explicativas das Demonstrações Contábeis

Nota 1 – Caixa e Equivalente de Caixa

O item Caixa e Equivalentes de Caixa compreende o somatório dos valores disponíveis na Conta Única do Tesouro e em outros bancos, bem como equivalentes, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrições para uso imediato.

Esse título se subdivide em Bancos Conta Movimento – Demais Contas, que se referem aos depósitos em garantia de execução dos contratos pactuados com o IFRS, na modalidade caução, e, Recursos Liberados pelo Tesouro, que representam o valor disponível para saque da Conta Única do Tesouro Nacional, estabelecido pelo Órgão Central de Programação Financeira ou arrecadação direta, para atender despesas com vinculação específica de pagamento. Os valores relativos aos Recursos Liberados pelo Tesouro evidenciam o pagamento da folha de pessoal que ocorreu no mês subsequente.

Caixa e Equivalentes de Caixa - Composição

	31/12/2021	31/12/2020	AH (%)	AV (%)
BANCOS CONTA MOVIMENTO - DEMAIS CONTAS	189.823,36	119.686,65	58,60	0,58
RECURSOS LIBERADOS PELO TESOURO	32.003.026,81	27.386.232,21	16,85	99,42
Total	32.192.850,17	27.505.918,86	17,04%	100%

Fonte: Siafi Operacional 2021 e 2020 (BP)

Nota 2 – Créditos a Receber

Os créditos a receber estão distribuídos:

1. Clientes;
2. Adiantamentos concedidos e;
3. Outros créditos a receber a curto prazo.

Percebe-se que ocorreu um acréscimo de aproximadamente 517% em 2021 dos Adiantamentos Concedidos quando comparado ao exercício de 2020. Os créditos a curto prazo do IFRS no 4º trimestre de 2021 podem ser divididos em três grupos, sendo composto de Clientes, Adiantamentos Concedidos e Outros Créditos, sendo que 99% do total está disposto na conta de Adiantamentos.

	31/12/2021	31/12/2020	AH (%)	AV (%)
CLIENTES	14.170,00	5.878,00	141,06	0,39
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	3.607.375,73	584.851,83	516,80	98,96
OUTROS CRÉDITOS A REC. E VALORES A CP	23.667,77	891,04	2.556,20	0,65
Total	3.645.213,50	591.620,87	516,14%	100,00%

Fonte: Siafi Operacional 2021 e 2020 (BP)

Clientes

“Clientes” são Faturas ou Duplicatas a Receber de vendas a prazo realizadas pelo Campus Bento Gonçalves, anteriores 2012, cujo respectivo pagamento não foi realizado até 31/12/2021. Após 2012, não foi mais permitida a venda a prazo e a entrega das mercadorias acontece mediante apresentação do comprovante de pagamento. Em 2021 foi realizada nova venda a prazo, no valor de R\$ 8.292,00, que ora não foi liquidada até 31/12/2021. O saldo da conta Clientes em 31/12/2021 é de R\$ 14.170,00.

Adiantamentos Concedidos

São adiantamentos concedidos: adiantamento de 13º salário, férias, salários e ordenados e suprimento de fundos, este último, aplicável aos casos de despesas expressamente definidos em lei, que consiste na entrega de numerário a servidor para o fim de realizar despesas que pela excepcionalidade, a critério do Ordenador de Despesas, não possam subordinar-se ao processo normal de aplicação, nos casos e valores limites definidos em Lei. Os

adiantamentos de 13º salário e férias correspondem ao excedente das provisões acumuladas do duodécimo da folha de pagamento para as respectivas rubricas a pagar. Além disso, o servidor poderá também solicitar um adiantamento de salário, cujo valor dependerá da quantidade de dias de cada parcela, podendo corresponder até a 70% da remuneração. Porém, na folha de pagamento do mês subsequente ao de utilização das férias, esse valor será devolvido integralmente pelo servidor.

A tabela a seguir representa a composição dos Adiantamentos Concedidos no 4º trimestre.

	31/12/2021	31/12/2020	AH (%)	AV (%)
Adiantamento Concedido	0,00	1,97	0,00	0,00
Salários e Ordenados – pagto. antecipado	690.185,42	584.849,86	18,01	19,13
Adiantamento de férias	2.917.190,31	0,00	100,00	80,87
Total	3.607.375,73	584.851,83	516,80%	100,00%

Fonte: Siafi Operacional 2021 e 2020 (BP)

Conforme evidenciado na tabela acima, o pagamento antecipado de Adiantamento de Férias e de Salários e Ordenados representa aproximadamente 81% e 19%, respectivamente, dos adiantamentos concedidos em 2021.

Nota 3 – Estoques

Os estoques no IFRS tiveram aumento em torno de 10% em 2021 e estão distribuídos conforme seguem:

(a) Almojarifado/Material de Consumo

O IFRS armazena diversos materiais de consumo, gêneros alimentícios, medicamentos e materiais hospitalares, materiais de expediente e materiais em elaboração, em Almojarifado/Material de Consumo, no total de 96,24% do total dos Estoques.

(b) Almojarifado em Armazéns de terceiros

O IFRS está utilizando a modalidade de Almojarifado Virtual (entrega imediata), portanto, os estoques físicos deveriam ter sido reduzidos, considerando que a conta Almojarifado em Armazéns de Terceiros teve um acréscimo de 46% em 2021.

(c) Estoques para doação ou permuta

Este saldo refere-se ao estoque nas diversas Unidades do Órgão de gêneros alimentícios para merenda escolar destinada aos alunos e corresponde a 1,41% do total. Em 2021 houve uma redução de 27,37% no total destes estoques, em razão das suspensões das atividades presenciais (Covid-19).

Estoque – Composição

	31/12/2021	31/12/2020	AH (%)	AV (%)
ALMOJARIFADO/MATERIAL DE CONSUMO	4.487.320,94	4.055.146,05	10,66	96,24
ALMOJARIFADO EM ARMAZÉNS DE TERCEIROS	109.466,50	74.739,41	46,46	2,35
ESTOQUES P/DOAÇÃO OU PERMUTA	65.890,74	90.721,49	-27,37	1,41
Total	4.662.678,18	4.220.606,95	10,47%	100,00%

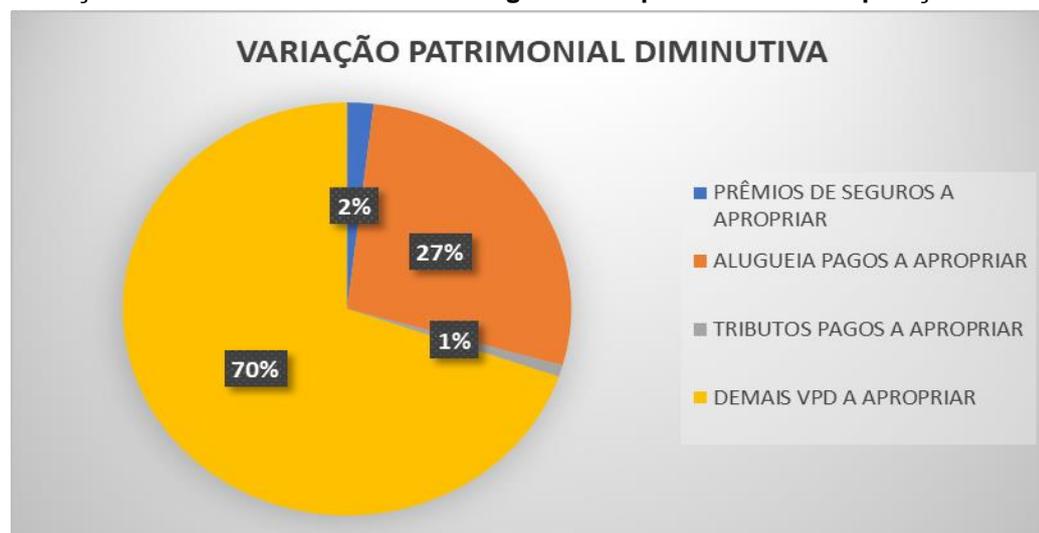
Fonte: Siafi Operacional 2021 e 2020 (BP)

Nota 4 – Variação Patrimonial Diminutiva Paga Antecipadamente

Esse grupo constitui despesas antecipadas a apropriar, cujo fato gerador ainda não ocorreu, tais como: prêmios de seguros da frota de veículos, acesso a banco de dados de normas técnicas e bibliotecas virtuais, assinaturas de jornais e anuidades de associações, alugueis pagos, impostos e taxas municipais e direitos autorais. Conforme composição da figura abaixo, a despesa antecipada com alugueis representou 27% do total das variações patrimoniais diminutivas pagas antecipadamente, totalizando R\$ 310 mil e corresponde, principalmente, a locação de software biblioteca virtual e disponibilização da plataforma digital “minha biblioteca” para o IFRS. As demais VPD

a Apropriar referem-se a serviços pagos antecipadamente, totalizando mais de R\$ 785 mil, ou seja, representam 70% do total das VPDs.

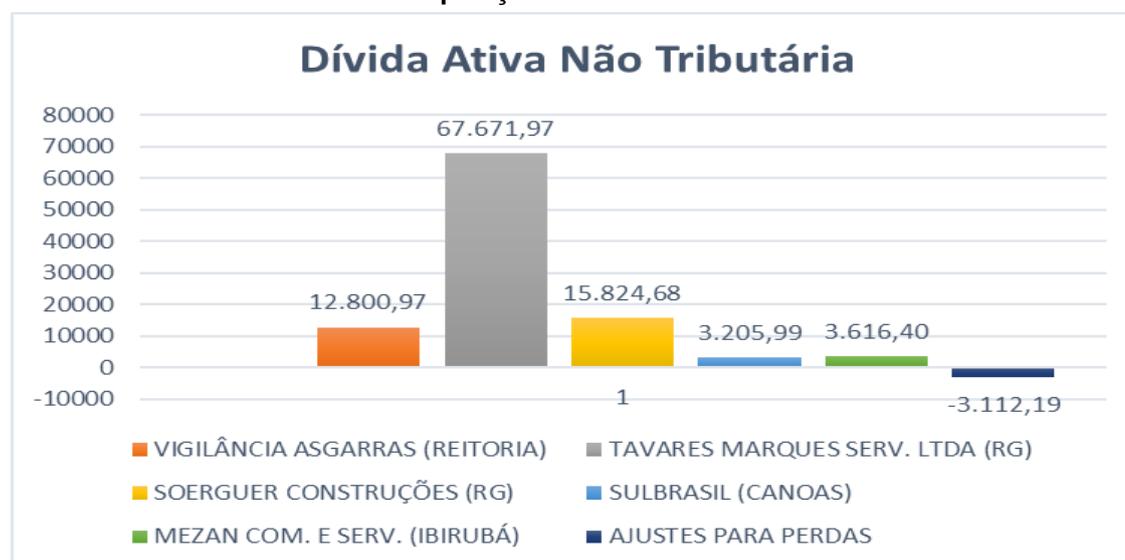
Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente - composição 4º trimestre



Nota 5 – Ativo Realizável a Longo Prazo

O Ativo Realizável a Longo Prazo do IFRS é composto pela Dívida Ativa Não Tributária e Depósitos Judiciais Efetuados, conforme segue:

Dívida Ativa Não Tributária - composição 4º trimestre



Depósitos Judiciais Efetuados

Pagamento de Requisição de Pequeno Valor – RPV de ação acidentária em 1º de outubro de 2018, transitado em julgado, processo número 23419.000950/2018-65 (Reitoria), no valor de R\$ 38.112,38.

Nota 6 – Imobilizado

Bens Móveis

Os Bens Móveis do IFRS em 31/12/2021 totalizavam, pelo custo de aquisição, R\$ 121,6 milhões e estão distribuídos em diversas contas contábeis, conforme detalhado na tabela a seguir, sendo de maior representatividade foi o investimento em Máquinas, Aparelhos, Equip. e Ferramentas e Equipamentos de Tecnologia da Informação e Comunicação/TIC, no valor de R\$ 42,2 milhões (34,7% do total) e R\$ 31,3 milhões (25,7% do total), respectivamente. Os Equipamentos de TIC foi o grupo que recebeu mais recursos no último exercício (R\$ 2,3 milhões), com acréscimo de 7,94%, quando comparado com 2020. Móveis e Utensílios teve um crescimento de investimento de 3,87%, onde foram investidos R\$ 920 mil no exercício de 2021 (20% do total). O valor na conta de Bens Móveis em Andamento refere-se a um contrato com a FEENG (Fundação Empresa Escola de Engenharia da UFRGS) de 2020, sendo que foi prevista a aquisição de equipamentos no contrato, foi realizado o lançamento na forma que gerou saldo nesta conta. O contrato ainda não foi finalizado e os bens não foram adquiridos até o encerramento do exercício 2021.

Bens Móveis – Composição

	31/12/2021	31/12/2020	AH (%)	AV (%)
MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIP. E FERRAMENTAS	42.234.814,75	39.612.522,55	6,62	34,71
BENS DE INFORMÁTICA	31.346.866,61	29.042.053,07	7,94	25,76
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	24.696.233,20	23.776.134,44	3,87	20,29
MATERIAL CULTURAL, EDUC. E DE COMUNICAÇÃO	13.642.040,08	13.124.671,19	3,94	11,21
VEÍCULOS	5.651.915,21	5.627.610,61	0,43	4,64
BENS MÓVEIS EM ANDAMENTO	300.000,00	300.000,00	0,00	0,25
SEMOVENTES	63.650,72	67.917,39	-6,28	0,05
DEMAIS BENS MÓVEIS	3.753.427,31	3.722.298,77	0,84	3,08
DEPRECIÇÃO / AMORTIZAÇÃO ACUMULADA	(70.745.321,58)	(63.512.295,61)	11,39	-58,14
Total	50.943.626,30	51.760.912,41	-1,58	100,00%

Fonte: Siafi Operacional 2021 e 2020 (BP)

Cabe destaque ao valor das contas de Bens Móveis Não localizados e Bens Móveis a Classificar. O saldo na conta de bens móveis não localizados é de R\$ 2.137.731,36 e na conta de bens móveis a classificar é de R\$ 37.291,55. Até o encerramento do exercício 2021 não foi realizado inventário consolidado do IFRS para regularização destas contas. Os valores dos campi Canoas, Feliz e Alvorada de bens móveis a classificar referem-se a AIPCT, que até o encerramento do exercício não foram entregues aos campi e os bens não foram classificados corretamente. O valor do campus Bento refere-se a material bibliográfico, transferido pela reitoria ao campus, via SIAFI e não localizados no campus Bento, cabendo análise específica do caso.

BENS MOVEIS A CLASSIFICAR	R\$ 37.291,55
158264/26419 - INST.FED.DO RS/CAMPUS BENTO GONCALVES	R\$ 24.179,92
158265/26419 - INST.FED.DO RS/CAMPUS CANOAS	R\$ 2.342,52
158676/26419 - INST.FED.DO RS/CAMPUS FELIZ	R\$ 2.131,38
158745/26419 - 62818295068 RS/CAMPUS ALVORADA	R\$ 8.637,73
BENS NAO LOCALIZADOS	R\$ 2.137.731,36
158141/26419 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO RS	R\$ 248.865,94
158261/26419 - INST.FED.DO RS/CAMPUS PORTO ALEGRE	R\$ 1.871.910,13
158676/26419 - INST.FED.DO RS/CAMPUS FELIZ	R\$ 13.025,73
158745/26419 - 62818295068 RS/CAMPUS ALVORADA	R\$ 19,56
158746/26419 - INST.FED.DO RS/CAMPUS VIAMÃO	R\$ 3.910,00

Fonte: Siafi Operacional 2021 (BP)

Depreciação Acumulada de Bens Móveis

Até o quarto trimestre de 2021 os valores de depreciação mensal relativos à fevereiro/2018 de todas as contas no Relatório de Bens Móveis aparece com os valores duplicados. Além disso, em algumas contas contábeis aparecem outras diferenças que até o encerramento do exercício não foram sanadas. Foram abertos chamados para o setor de TI da Reitoria para resolver estas inconsistências, porém, continuam pendentes. Em decorrência, os saldos contábeis em 31/12/2021 das contas de depreciação dos bens móveis não refletem adequadamente a real situação patrimonial.

Bens Imóveis

Os Bens Imóveis do IFRS, em 31/12/2021, totalizaram R\$ 245 milhões e estão distribuídos conforme demonstrado na tabela a seguir.

Bens Imóveis – Composição

	31/12/2021	31/12/2020	AH (%)	AV (%)
IMÓVEIS DE USO EDUCACIONAL	218.901.361,01	210.993.688,03	3,75	89,33
AUTARQUIAS/FUNDAÇÕES	6.808.875,99	6.808.875,99	0,00	2,78
EDIFÍCIOS	8.678.153,47	8.678.153,47	0,00	3,54
OBRAS EM ANDAMENTO	9.658.643,94	14.094.148,48	-31,47	3,94
ESTUDOS E PROJETOS	256.339,99	244.429,99	4,87	0,10
INSTALAÇÕES	744.094,74	758.500,60	-1,90	0,30
DEPREC./AMORT. ACUM. DE BENS IMÓVEIS	(5.128.551,25)	(4.733.733,58)	8,34	-2,09
Total	239.918.917,89	236.844.062,98	1,30	100,00%

Fonte: Siafi Operacional 2021 e 2020 (BP)

Até o 4º trimestre, a conta Imóveis de uso Educacional valorizou em 3,75%, pela reavaliação do prédio sede do Campus Canoas, em vista das melhorias efetuadas ao longo do exercício. Ocorre que 3,94% do total de bens imóveis correspondem a obras que permanecem em andamento no encerramento de 2021, obras junto a Reitoria, Porto Alegre, Sertão, Restinga, Osório, Caxias do Sul, Farroupilha, Feliz, Rolante, Vacaria e Alvorada.

Campus Porto Alegre

Dos Bens Imóveis de Uso Educacional do IFRS, cerca de 18% correspondem ao edifício Ulbra Saúde Porto Alegre, de 10 pavimentos, sede da estrutura administrativa e de ensino do campus em Porto Alegre, doado pela União e avaliado em R\$ 39,4 milhões.

Campus Sertão

Dos Bens Imóveis de Uso Educacional do IFRS, cerca de 14% pertencem ao Campus Sertão, avaliados em R\$ 30,8 milhões, correspondente, principalmente, a fração de terra e mato destinada a agricultura, pecuária e benfeitorias: casas de moradias, oficina mecânica, garagem para veículos, marcenaria, lavanderia, depósito de veneno, alojamentos, oratório, refeitório, padaria, ginásio de esporte, prédio administrativo com salas de aula e laboratório, biblioteca com laboratório de informática, um prédio bloco A2 com 8 salas de aula, ambulatório, almoxarifado com posto de vendas, centro de artes culturas e integração, 9 salas de aula nos setores de agricultura e pecuária (agricultura I, II, III, zootecnia I, II, III, irrigação e drenagem e agroindústria), depósito de insumos, silo e beneficiamento de grãos, fábrica de ração, aviário de corte, aviário de postura, agroindústria (abatedouro, sala de vegetação e sala do leite) suíno, ovino, cunicultura e central de inseminação de ovinos, aviário de corte experimento/consumo da escola, sala de aula e laboratório fitopatologia e entomologia, prédio com salas de coordenação dos cursos superiores, salas de aula e administrativas dos cursos superiores, prédio do restaurante terceirizado, prédio com sala de aula licenciatura, centro de memória, guarita e pórtico de entrada curso superior, guarita e pórtico de entrada do prédio central.

Campus Bento Gonçalves

O campus Bento Gonçalves possui sede em Bento Gonçalves, amplo terreno com 6 blocos de 2 ou 3 pavimentos cada, além da Vinícola Escola, situada na sede do campus, além de uma área de terra agrícola, localizada no distrito de Tuiuty, com grande área de plantio de uvas, frutas, verduras e legumes, além da criação de animais. Dos Bens Imóveis de uso Educacional, pouco mais de 7% pertencem ao Campus Bento, sendo que a área agrícola é classificada em Autarquias/Fundações, totalizando 24,3% do total, pertencente ao campus Bento.

Nota 7 – Intangível

O Ativo Intangível do IFRS, em 31/12/2021, totalizou R\$ 1,47 milhões, considerando o valor bruto, sem descontar a amortização acumulada, conforme detalhado na tabela a seguir.

Intangíveis	31/12/2021	31/12/2020	AH (%)	AV (%)
SOFTWARE COM VIDA ÚTIL INDEFINIDA	663.432,75	487.085,49	36,20%	44,88
REITORIA - ISIFRS001, ISIFRS005, ISIFRS006, ISIFRS007, ISIFRS008, ISIFR0011	76.672,00	56.872,00	34,82%	5,19
CAMPUS POA - ISPO0005, ISPOA0006, ISPOA0007, ISPOA0011	19.216,60	19.216,60	0,00%	1,30
CAMPUS RG - ISRG00011	598,00	598,00	0,00%	0,04
CAMPUS SERTÃO - ISREI0011, ISSER0001, ISSER0003, ISSER0004, ISSER0005, ISSER0006, ISSER0007, 158141	118.215,66	118.215,66	0,00%	8,00
CAMPUS BG - ISBGS0007, ISBGS0008, ISBGS0009, ISREI0011, ISROL0003	30.076,56	30.076,56	0,00%	2,03
CAMPUS CANOAS - ISCAN0001, ISCAN0002, ISCAN0003, ISCAN0008, ISREI0011	65.815,28	65.815,28	0,00%	4,45
CAMPUS ERECHIM - ISERE0002, ISERE0004, ISREI011	35.922,43	35.922,43	0,00%	2,43
CAMPUS RESTINGA - ISREI0011	598,00	598,00	0,00%	0,04
CAMPUS OSÓRIO - ISOSO0001, ISOSO0002, ISREI0011	17.493,87	17.493,87	0,00%	1,18
CAMPUS CAXIAS - ISCAX0001, ISCAX0002, ISCAX0003, ISCAX0004, ISCAX0005, ISCAX0006, ISCAX0007, ISREI0011	156.846,26	299,00	52356,94%	10,61
CAMPUS FARROUPILHA - ISFAR0010, ISFAR0011, ISREI0011, ISROL0003	12.944,50	12.944,50	0,00%	0,88
CAMPUS IBIRUBÁ - ISIBI0003, ISREI0011	2.247,12	2.247,12	0,00%	0,15
CAMPUS FELIZ - ISFEL0001, ISFEL0002, ISFEL0003, ISREI0011	116.591,88	116.591,88	0,00%	7,89
CAMPUS ROLANTE - ISREI0011, ISROL0001, ISROL0002	2.764,00	2.764,00	0,00%	0,19
CAMPUS VACARIA - ISREI0011, ISVAC0001, ISVAC0002	5.650,59	5.650,59	0,00%	0,38
CAMPUS ALVORADA - ISREI0011, ISROL0003	883,00	883,00	0,00%	0,06
CAMPUS VIAMÃO - ISREI0011	897,00	897,00	0,00%	0,06
SOFTWARE COM VIDA ÚTIL DEFINIDA	814.784,92	842.805,29	-3,32%	55,12
REITORIA - ISIFRS002, ISIFRS003, ISIFRS004, 999	66.164,89	44.098,99	50,04%	4,48
CAMPUS POA - ISPO0001, ISPOA0002, ISPOA0003, ISPOA0004	79.422,99	79.422,99	0,00%	5,37
CAMPUS RG - ISRG00001, ISRG00002, ISRG00003, ISRG0004, ISRG00005, ISRG00006, ISRG00007, ISRG00008, ISRG00009, ISRG00010	122.389,58	122.389,58	0,00%	8,28
CAMPUS SERTÃO - ISSER0002	2.494,00	2.494,00	0,00%	0,17
CAMPUS BG - ISBGS0001, ISBGS0002, ISBGS0003, ISBGS0004, ISBGS0005, ISBGS0006,	122.640,63	122.640,63	0,00%	8,30
CAMPUS ERECHIM - ISERE0001	5.272,46	5.272,46	0,00%	0,36
CAMPUS RESTINGA - ISASCTIME, ISAMANUFAT, ISSWADOBE, ISSWCOREL, ISSWJOGOS, ISWINDOWS	314.975,31	314.975,31	0,00%	21,31
CAMPUS CAXIAS	0,00	49.457,27	-100,00%	0,00
CAMPUS FARROUPILHA - ISFAR0001, ISFAR0002, ISFAR0003, ISFAR0004, ISFAR0005, ISFAR0006, ISFAR0007, ISFAR0008, ISFAR0009	84.153,13	84.153,13	0,00%	5,69
CAMPUS IBIRUBÁ - ISIBI0001, ISIBI0002	17.271,93	17.900,93	-3,51%	1,17
AMORTIZAÇÃO ACUMULADA	-528.772,45	-540.987,90	-2,26%	-35,77
Total	949.445,22	788.902,88	20,35%	100,00

Entre os softwares com valores mais representativos no âmbito do IFRS, R\$ 298 mil (21%) referem-se ao software de integração e simulação flexível de manufatura, adquirido pelo campus Restinga e, R\$ 110 mil (8%) referem-se a licenças de uso do Windows 2010, para utilização nos computadores do campus Feliz, fornecidos pela Microsoft Informática LTDA.

O aumento de bens intangíveis até o quarto trimestre de 2021 em relação ao exercício anterior de aproximadamente 20,35%.

No exercício de 2021 houve a reclassificação de diversos intangíveis de vida útil definida no Campus Caxias do Sul que passaram a ser considerados de vida útil indefinida portanto não sofreram amortização.

Na tabela a seguir, a evolução da amortização acumulada.

Bens Intangíveis - Amortização 4º trimestre					R\$
Bens Intangíveis	31/12/2021	31/12/2020	AH(%)	AV(%)	
Software com vida útil Definida	814.784,92	842.805,29	-3,32	100	
Amortização Acumulada	-528.772,45	-540.987,90	-2,26	100	

Fonte: SIAFI Operacional 2021 e 2020 (BP)

Nota 8 – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais

A tabela a seguir demonstra a composição das obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais no IFRS.

Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais					R\$
	31/12/2021	31/12/2020	AH(%)	AV(%)	
Pessoal a Pagar	35.786.510,95	39.702.869,90	-9,86	98,46	
Benefícios Previdenciários a Pagar	2.933,33	2.090,00	40,35	0,01	
Benefícios Assistenciais a Pagar	372.851,60	366.514,61	1,73	1,03	
Encargos Sociais a Pagar	182.568,97	173.097,40	5,47	0,50	
TOTAL	36.344.864,85	40.244.571,91	-9,69	100,00	

Fonte: SIAFI Operacional 2020 e 2021 (BP)

Em sua maior parte, as obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais, em 31/12/2021, correspondem à folha de pagamento do mês de dezembro, cujo pagamento ocorreu no mês subsequente. Ocorreu uma redução de mais de 9% no total das Obrigações, quando comparadas ao exercício de 2020.

Nota 9 – Obrigações a Curto e Longo Prazo

Em 31/12/2021, o IFRS apresentou um saldo de aproximadamente R\$ 54 milhões de obrigações a curto e longo prazo, sendo em sua maior parte de obrigações a longo prazo os Precatórios de Pessoal, que deverão ser pagos após o término do exercício seguinte, conforme tabela a seguir.

Obrigações a Curto e Longo Prazo					R\$
	31/12/2021	31/12/2020	AH(%)	AV(%)	
Subtotal - Curto Prazo	52.306.662,09	48.238.442,95	8,43	96,97	
Fornecedores e Contas a Pagar	796.932,23	670.041,18	18,94	1,48	
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	9.509,49	0,00	0,00	0,02	
Demais Obrigações a Curto Prazo	51.500.220,37	47.568.401,77	8,27	95,47	
Subtotal - Longo Prazo	1.637.195,38	3.562,34	45858,43	3,03	
Fornecedores e Contas a Pagar	0,00	0,00	0,00	0,00	
Obrigações Fiscais a Longo Prazo	0,00	0,00	0,00	0,00	
Precatórios de Pessoal	1.633.633,04	0,00	0,00	3,03	
Demais Obrigações a Longo Prazo	3.562,34	3.562,34	0,00	0,01	
TOTAL	53.943.857,47	48.242.005,29	11,82	100,00	

Fonte: SIAFI Operacional 2020 e 2021 (BP)

A maior parte do passivo do IFRS com obrigações se refere às demais obrigações a curto prazo, que representam cerca de 95% do total.

(a) Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo

Na tabela a seguir, são listadas as Unidades Gestoras com valores mais expressivos de fornecedores e contas a pagar a curto prazo na data base de 31/12/2021. Os Campus Viamão, Rio Grande, Sertão e Porto Alegre destacam-se entre as Unidades com os maiores saldos a pagar, representando 61% do montante, equivalentes a aproximadamente R\$ 489 mil.

O saldo da conta fornecedores e contas a pagar em 31/12/2021 aumentou em aproximadamente em 19% em comparação a 31/12/2020. O campus Sertão, que nesta data tem o maior saldo a pagar na ordem de R\$ 117 mil, aumentou seu saldo é este valor, sendo que em 31/12/2020 seu saldo era zero. Os Campi Osório, Sertão, Bento Gonçalves, Erechim, Ibirubá e Rolante apresentavam saldo zero no exercício anterior e assumiram compromissos no montante de R\$ 189 mil, o que contribuiu para o acréscimo de mais de quase R\$ 127 mil sobre o montante total a pagar até o final do último trimestre de 2021, que consta no total de R\$ 797 mil. Por outro lado, houve redução nos compromissos assumidos nos Campi Alvorada, Porto Alegre, Rio Grande, Canoas, Restinga, na ordem de R\$ 321 mil.

Fornecedores e Contas a Pagar por UG Contratante					R\$	
UG Contratante	31/12/2021	31/12/2020	Varição	AH(%)	AV(%)	
Fornecedores Nacionais	219.223,89	58.074,09	161.149,80	277,49	27,51	
INST.FED.DO RS/CAMPUS OSORIO	9.522,30	0,00	9.522,30	100,00	4,34	
INST.FED.DO RS/CAMPUS FARROUPILHA	1.520,06	1.520,06	0,00	0,00	0,69	
INST.FED.DO RS/CAMPUS ALVORADA	15.781,53	25.606,35	-9.824,82	-38,37	7,20	
INST.FED.DO RS/CAMPUS VIAMÃO	192.400,00	30.947,68	161.452,32	521,69	87,76	
Contas a Pagar Credores Nacionais	577.708,34	611.967,09	-34.258,75	-5,60	72,49	
INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO RS	19.980,44	6.947,60	13.032,84	187,59	3,46	
INST.FED.DO RS/CAMPUS PORTO ALEGRE	67.646,81	124.462,03	-56.815,22	-45,65	11,71	
INST.FED.DO RS/CAMPUS RIO GRANDE	111.061,56	342.397,13	-231.335,57	-67,56	19,22	
INST.FED.DO RS/CAMPUS SERTÃO	117.821,38	0,00	117.821,38	100,00	20,39	
INST.FED.DO RS/CAMPUS BENTO GONCALVES	13.805,84	0,00	13.805,84	100,00	2,39	
INST.FED.DO RS/CAMPUS CANOAS	18.789,22	38.773,23	-19.984,01	-51,54	3,25	
INST.FED.DO RS/CAMPUS ERECHIM	22.986,58	0,00	22.986,58	100,00	3,98	
INST.FED.DO RS/CAMPUS RESTINGA	52.728,79	61.914,18	-9.185,39	-14,84	9,13	
INST.FED.DO RS/CAMPUS FARROUPILHA	7.660,62	7.660,62	0,00	0,00	1,33	
INST.FED.DO RS/CAMPUS IBIRUBÁ	5.671,20	0,00	5.671,20	100,00	0,98	
INST.FED.DO RS/CAMPUS FELIZ	27.276,48	20.144,03	7.132,45	35,41	4,72	
INST.FED.DO RS/CAMPUS ROLANTE	42.064,37	0,00	42.064,37	100,00	7,28	
INST.FED.DO RS/CAMPUS ALVORADA	11.362,04	5.739,95	5.622,09	97,95	1,97	
INST.FED.DO RS/CAMPUS VIAMÃO	230,94	1.026,70	-795,76	-77,51	0,04	
INST.FED.DO RS/CAMPUS OSÓRIO	0,00	455,60	-455,60	-100,00	0,00	
INST.FED.DO RS/CAMPUS VACARIA	58.622,07	2.446,02	56.176,05	2296,63	10,15	
TOTAL	796.932,23	670.041,18	126.891,05	18,94	100,00	

Fonte: Siafi Operacional 2020 e 2021 (BP)

(b) Fornecedores e Contas a Pagar

Destacamos na planilha a seguir os fornecedores de maior relevância, quanto aos valores discriminados nas contas de Contas a Pagar Credores Nacionais e Fornecedores Nacionais. Em torno de 10 fornecedores representam 61% do total destas obrigações.

	31/12/2021	AV(%)
TOTAL FORNECEDORES	796.932,23	100,00
CSF SERVICOS DE LIMPEZA EIRELI	10.519,45	1,32
COMPANHIA ESTADUAL DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA ELETR	11.557,60	1,45
CONSTRUTEC SERVICOS E MANUTENCOES PREDIAIS LTDA	12.025,15	1,51
RGE SUL DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.	12.838,50	1,61
RF PRISMAVIGILANCIA EIRELI	13.147,15	1,65
COOPERATIVA DOS PRODUTORES ORGANICOS DE REFORMA AGR	14.954,00	1,88
RAYSSA DE MARKUS IMUNIZACOES LTDA	15.482,00	1,94
JORGE VINICIUS DE MATOS	16.377,69	2,06
LAYOUT MOVEIS PARA ESCRITORIO LTDA	16.443,30	2,06
R H P COMPUTADORES LTDA	16.974,53	2,13
AGROPECUARIA FIUZA LTDA	17.400,00	2,18
ARSENAL - SEGURANCA PRIVADA LTDA	18.279,22	2,29
SURICATE SERVICOS TERCEIRIZADOS LTDA	21.274,95	2,67
ELETROTEC SISTEMAS DE ENERGIA LTDA	22.411,10	2,81
MURANO CONSTRUCOES LTDA	26.747,68	3,36
MTE ADMINISTRACAO DE OBRAS EIRELI	27.312,58	3,43
LIDERANCA LIMPEZA E CONSERVACAO LTDA	28.288,17	3,55
VIGITEC SEGURANCA LTDA	30.034,73	3,77
CHARLES DE MELO FERNANDES	32.159,48	4,04
MOURACOM COMERCIO DE ARTIGOS DE INFORMATICA EIRELI	43.436,00	5,45
PEDRO REGINALDO DE ALBERNAZ FARIA E FAGUNDES LTDA	81.928,63	10,28
FUNDAÇÃO DE APOIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RGS	175.000,00	21,96
DEMAIS FORNECEDORES	132.340,32	16,61

Fonte: Siafi Operacional 2021

- (A) FUNDAÇÃO DE APOIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RGS: contratação da FAURGS para a gestão financeira de recurso proveniente de emenda parlamentar 286200, para ações de agroecologia do programa Ecoviamão.
- (B) PEDRO REGINATO DE ALBERNAZ FARIA E FAGUNDES LTDA: diversos campi possuem contrato com este fornecedor. Serviços de Intérprete de Libras, serviços de portaria, auxiliar de alimentação.
- (C) MOURACOM COMERCIO DE ARTIGOS DE INFORMÁTICA EIRELI: referente a despesas com aquisição de servidor de rede, para o campus Porto Alegre.
- (D) CHARLES DE MELO FERNANDES: serviços de construção do bolo de laboratórios para o campus Vacaria.
- (E) VIGITEC SEGURANÇA LTDA: contratação de serviços de Vigilância.
- (F) LIDERANÇA LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA: contratação de serviços de limpeza e conservação para o campus Rio Grande.
- (G) MTE ADMINISTRAÇÃO DE OBRAS EIRELI: serviços de construção civil, alojamento campus Sertão.
- (H) MURANO CONSTRUÇÕES LTDA: serviços comuns de engenharia (manutenção predial) para diversos campi do IFRS.
- (I) ELETROTEC SISTEMAS DE ENERGIA LTDA: serviços de adequações elétricas no alojamento do campus Sertão.
- (J) SURICATE SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA: prestação de serviços de limpeza para o campus Restinga.

(c) Demais Obrigações a Curto Prazo

Em comparação ao exercício anterior, o IFRS registrou acréscimo de R\$ 3,62 milhões nas demais obrigações a curto prazo, equivalente a variação de 8%, em razão de compromissos assumidos pela própria manutenção das atividades fins do IFRS. As transferências financeiras a comprovar - TED passaram a ser registrados no Passivo a partir do Exercício de 2019 em contrapartida ao registro de Ativo na UG Descentralizadora, conforme demonstrado na tabela de composição abaixo.

Demais Obrigações a Curto Prazo

	31/12/2021	31/12/2020	AV(%)	AH(%)
Consignações	2.056.999,47	1.816.621,68	13,23	3,99
Depósitos não judiciais	186.261,02	127.657,99	45,91	0,36
Indenizações e restituições	30,77	600,00	-94,87	0,00
Diárias a pagar	0,00	516,53	-100,00	0,00
Precatórios de terceiros	1.215.412,51	393.091,03	209,19	2,36
Incentivos a educação, cultura e outros	67.037,68	141.748,60	-52,71	0,13
Auxílios financeiros a pesquisadores	0,00	1.000,00	-100,00	0,00
Obrigações com entidades federais	68.788,36	55.548,63	23,83	0,13
Transferências financeiras a comprovar	47.905.690,56	45.031.707,31	6,38	93,02
TOTAL	51.500.220,37	47.568.491,77	8,27	100,00

Fonte: Siafi Operacional 2020 e 2021

(a) **Consignações**

Compreende os valores entregues em confiança ou em consignações, geralmente na folha de pagamentos dos servidores ou nos pagamentos referente a compras de bens ou serviços constituindo, na sua maior parte, em 31 de dezembro, pensões e retidos em folha de pagamento.

(b) **Depósitos não judiciais**

Compreende os valores das obrigações exigíveis contraídas com o recebimento de depósitos e/ou cauções vinculados a contratos, para garantia de operações.

(c) **Diárias a Pagar**

Compreende o montante de diárias a pagar no âmbito do IFRS. Não há saldo em Diárias a Pagar em 2021.

(d) **Precatórios de terceiros**

São as obrigações referentes a precatórios alimentares e comuns a serem pagos no exercício 2022 pelo IFRS, conforme Processo Administrativo IFECTECRS.

(e) **Incentivo à educação, cultura e outros**

Compreende as obrigações com incentivos à educação, cultura, ciência, esporte, bem como bolsas de estudo para cursos de especialização, mestrado, doutorado e estagiários.

(f) **Auxílio a Pesquisadores**

Compreende os valores a pagar concedidos na forma de auxílio a pesquisadores nos Campi Bento Gonçalves, Erechim, Osório, Caxias do Sul, Farroupilha e Feliz.

(g) **Obrigações com Entidades Federais**

Compreende as obrigações com pagamento de pessoal (salário, vale alimentação, encargos sociais) de empregados cedidos ao IFRS – campus Erechim e campus Sertão, pela Eletrosul, e Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica relativo 12/2021.

(h) **Transferências financeiras a comprovar**

Compreende apropriações e pagamentos de recursos orçamentários e financeiros transferidos através de TED – Termo de Execução Descentralizada, de diversos Órgãos, para serem aplicados no IFRS em projetos específicos. No exercício de 2021 tivemos muitos repasses de recursos através de Termos de Execução Descentralizada (TED), a maior parte deles oriundos da Coordenação Geral de Superintendência Orçamentária/SPO/MEC. Também houve transferência da Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativas, entre Institutos, tais como Instituto Federal de Alagoas, Instituto Federal do Espírito Santo, além de transferências da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior e do Fundo Nacional de Educação (FNDE). O total de TED somou o montante de R\$ 47.905.690,56, sendo o ED674333, no valor de R\$ 10.122.583,19, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) totalizando 21,13% do valor geral. A seguir tabela demonstrando os TED:

TED - Transferências Financeiras a Comprovar

R\$

C.Corrente	UG	Concedente	30/12/2021	AV (%)
ED1AAAFH	152734	Coord-Geral De Sup. A Gestao Orcament/Spo/Mec	314.453,98	0,66%
ED1AAAMS	152734	Coord-Geral De Sup. A Gestao Orcament/Spo/Mec	625.174,55	1,31%
ED1AAAQK	152734	Coord-Geral De Sup. A Gestao Orcament/Spo/Mec	37.699,27	0,08%
ED1AAAQL	152734	Coord-Geral De Sup. A Gestao Orcament/Spo/Mec	447.350,58	0,93%
ED1AAARU	152734	Coord-Geral De Sup. A Gestao Orcament/Spo/Mec	80.276,50	0,17%
ED1AACLS	130148	Secretaria De Agricult.Familiar E Cooperativ.	170.926,18	0,36%
ED1AACLT	130148	Secretaria De Agricult.Familiar E Cooperativ.	255.873,55	0,53%
ED1AACLV	130148	Secretaria De Agricult.Familiar E Cooperativ.	220.374,60	0,46%
ED1AACMP	152734	Coord-Geral De Sup. A Gestao Orcament/Spo/Mec	211.652,94	0,44%
ED1AADMR	540031	Fnc - Snav	300.000,00	0,63%
ED1AAFOO	152734	Coord-Geral De Sup. A Gestao Orcament/Spo/Mec	370.179,03	0,77%
ED1AAFXJ	152734	Coord-Geral De Sup. A Gestao Orcament/Spo/Mec	114.914,27	0,24%
ED1AAGGC	158147	Inst.Fed.De Educ.,Cienc.E Tec.De Alagoas	50.000,00	0,10%
ED674333	153173	Fundo Nacional De Desenvolvimento Da Educacao	10.122.583,19	21,13%
ED674837	153173	Fundo Nacional De Desenvolvimento Da Educacao	3.575,50	0,01%
ED678156	153173	Fundo Nacional De Desenvolvimento Da Educacao	8.336.678,32	17,40%
ED680074	153173	Fundo Nacional De Desenvolvimento Da Educacao	82.212,40	0,17%
ED682522	152734	Coord-Geral De Sup. A Gestao Orcament/Spo/Mec	2.067.377,90	4,32%
ED683241	153173	Fundo Nacional De Desenvolvimento Da Educacao	2.817.818,71	5,88%
ED684262	153173	Fundo Nacional De Desenvolvimento Da Educacao	46.076,64	0,10%
ED684299	153173	Fundo Nacional De Desenvolvimento Da Educacao	142.718,90	0,30%
ED686319	152734	Coord-Geral De Sup. A Gestao Orcament/Spo/Mec	67.205,55	0,14%
ED686378	152734	Coord-Geral De Sup. A Gestao Orcament/Spo/Mec	1.066.845,44	2,23%
ED686410	152734	Coord-Geral De Sup. A Gestao Orcament/Spo/Mec	400.251,81	0,84%
ED686413	152734	Coord-Geral De Sup. A Gestao Orcament/Spo/Mec	250.000,00	0,52%
ED686421	152734	Coord-Geral De Sup. A Gestao Orcament/Spo/Mec	243.449,51	0,51%
ED687044	152734	Coord-Geral De Sup. A Gestao Orcament/Spo/Mec	956.042,91	2,00%
ED687277	152734	Coord-Geral De Sup. A Gestao Orcament/Spo/Mec	497.140,87	1,04%
ED687526	152734	Coord-Geral De Sup. A Gestao Orcament/Spo/Mec	500.525,30	1,04%
ED687527	152734	Coord-Geral De Sup. A Gestao Orcament/Spo/Mec	4.961.823,66	10,36%
ED688996	152734	Coord-Geral De Sup. A Gestao Orcament/Spo/Mec	294.775,60	0,62%
ED690323	158151	Inst.Fed.De Educ.,Cienc.E Tec.Do Esp.Santo	39.995,02	0,08%
ED690778	152734	Coord-Geral De Sup. A Gestao Orcament/Spo/Mec	1.744.303,27	3,64%
ED692198	152734	Coord-Geral De Sup. A Gestao Orcament/Spo/Mec	585.322,16	1,22%
ED693351	152734	Coord-Geral De Sup. A Gestao Orcament/Spo/Mec	19.455,11	0,04%
ED693767	152734	Coord-Geral De Sup. A Gestao Orcament/Spo/Mec	500.050,00	1,04%
ED693778	152734	Coord-Geral De Sup. A Gestao Orcament/Spo/Mec	123.338,78	0,26%
ED694252	152734	Coord-Geral De Sup. A Gestao Orcament/Spo/Mec	447.424,86	0,93%
ED694317	152734	Coord-Geral De Sup. A Gestao Orcament/Spo/Mec	91.202,75	0,19%
ED694322	152734	Coord-Geral De Sup. A Gestao Orcament/Spo/Mec	1.443.481,13	3,01%
ED694746	154003	Fund.Coord.De Aperf.De Pessoal Nivel Superior	184.932,15	0,39%
ED695289	152734	Coord-Geral De Sup. A Gestao Orcament/Spo/Mec	600.000,00	1,25%
ED695644	154003	Fund.Coord.De Aperf.De Pessoal Nivel Superior	85.065,45	0,18%
ED695948	152734	Coord-Geral De Sup. A Gestao Orcament/Spo/Mec	200.651,62	0,42%
ED696331	200324	Depen/Diretoria De Politicas Penitenciarias	371.764,14	0,78%
ED698189	152734	Coord-Geral De Sup. A Gestao Orcament/Spo/Mec	984.317,06	2,05%
ED698353	152734	Coord-Geral De Sup. A Gestao Orcament/Spo/Mec	127.123,33	0,27%
ED698354	152734	Coord-Geral De Sup. A Gestao Orcament/Spo/Mec	240.600,43	0,50%
ED698355	152734	Coord-Geral De Sup. A Gestao Orcament/Spo/Mec	189.916,52	0,40%
ED698358	152734	Coord-Geral De Sup. A Gestao Orcament/Spo/Mec	138.181,37	0,29%
ED698548	153173	Fundo Nacional De Desenvolvimento Da Educacao	1.776.000,00	3,71%
ED698569	152734	Coord-Geral De Sup. A Gestao Orcament/Spo/Mec	83.823,02	0,17%
ED698636	152734	Coord-Geral De Sup. A Gestao Orcament/Spo/Mec	1.765.881,60	3,69%
ED699487	152734	Coord-Geral De Sup. A Gestao Orcament/Spo/Mec	106.883,13	0,22%
Total			47.905.690,56	100%

Fonte: Siafi 2021

Nota 10 – Resultado Patrimonial

A apuração do resultado patrimonial implica na confrontação das Variações Patrimoniais Aumentativas (VPAs) e das Variações Patrimoniais Diminutivas (VPDs).

As VPAs são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para o IFRS e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência.

As VPDs são reconhecidas quando for provável que ocorreram decréscimos nos benefícios econômicos ou potenciais de serviços para a União, implicando saída de recursos ou redução de ativos ou assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para conta de *Superávit/Déficit* do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

O Resultado Patrimonial apurado em 31/12/2021 foi superavitário em R\$ 9,77 milhões e está demonstrado na tabela a seguir, ao se confrontar Variações Patrimoniais Aumentativas e Diminutivas.

Variações Patrimoniais Aumentativas (VPAs) X Variações Patrimoniais Diminutivas (VPDs)	R\$		
	31/12/2021	31/12/2020	AH(%)
Variações Patrimoniais Aumentativas	566.822.532,50	543.433.015,72	4,30
Variações Patrimoniais Diminutivas	557.048.401,95	549.660.435,84	1,34
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	9.774.130,55	-6.227.420,12	56,95

Fonte: Siafi Operacional 2020 e 2021 (DVP)

Observa-se que, no resultado Patrimonial do Período, houve uma melhora de resultado, quando comparado ao mesmo período do exercício anterior. Até o quarto trimestre de 2021, o resultado foi positivo em R\$ 9,77 milhões, ao passo que, no mesmo período de 2021, o resultado foi negativo em R\$ 6,22 milhões, implicando em um acréscimo na ordem de 56,95%. Isso se deve ao fato de que houve maior variação patrimonial aumentativa em 4,3% representando R\$ 23,3 milhões, enquanto que as variações patrimoniais diminutivas foram aumentadas em 1,34%, representando R\$ 7,3 milhões.

Dentre as principais variações patrimoniais diminutivas, destacam-se:

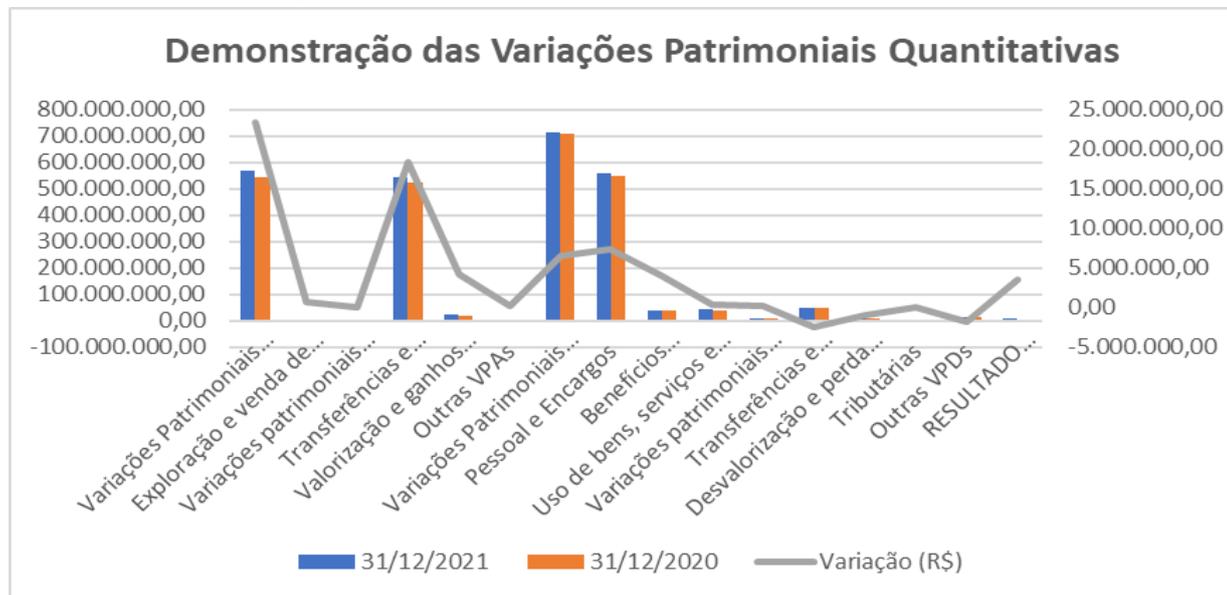
- I. Aumento dos gastos com Pessoal e encargos no montante de R\$ 8,4 milhões (2,10%);
- II. Aumento dos gastos com Benefícios Previdenciários e Assistenciais em R\$ 4 milhões (8,17%);
- III. Diminuição na Desvalorização e Perda de Ativos em R\$ 1,04 milhões (-58,80%).

A seguir é apresentado o resultado da Demonstração das Variações Patrimoniais:

Demonstração das Variações Patrimoniais Quantitativas	R\$				
	31/12/2021	31/12/2020	Variação (R\$)	AH(%)	AV(%)
Variações Patrimoniais Aumentativas (I)	566.822.532,50	543.433.015,72	23.389.516,78	4,30	100,00
Exploração e venda de bens, serv. e direitos	1.411.164,06	788.949,63	622.214,43	78,87	0,25
Variações patrimoniais aumentativas financeiras	1.633,79	4.292,15	-2.658,36	-61,94	0,00
Transferências e delegações recebidas	541.586.375,07	523.188.851,04	18.397.524,03	3,52	95,55
Valorização e ganhos com ativos	23.402.881,95	19.238.350,08	4.164.531,87	21,65	4,13
Outras VPAs	420.477,63	212.572,82	207.904,81	97,80	0,07
Variações Patrimoniais Diminutivas (II)	715.131.845,41	708.544.702,20	6.587.143,21	0,93	100,00
Pessoal e Encargos	557.048.401,95	549.660.435,84	7.387.966,11	1,34	77,89
Benefícios previdenciários e assistenciais	39.810.310,33	35.800.885,62	4.009.424,71	11,20	5,57
Uso de bens, serviços e consumo de capital fixo	40.933.550,53	40.553.413,97	380.136,56	0,94	5,72
Variações patrimoniais diminutivas financeiras	8.338.500,14	8.135.573,12	202.927,02	2,49	1,17
Transferências e delegações concedidas	47.834.619,29	50.381.559,91	-2.546.940,62	-5,06	6,69
Desvalorização e perda de ativos	9.461.578,88	10.524.958,96	-1.063.380,08	-10,10	1,32
Tributárias	94.934,41	74.717,06	20.217,35	27,06	0,01
Outras VPDs	11.609.949,88	13.413.157,72	-1.803.207,84	-13,44	1,62
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	9.774.130,55	-6.227.420,12	3.546.710,43	56,95	100,00

Fonte: Siafi 2020 e 2021 (DVP)

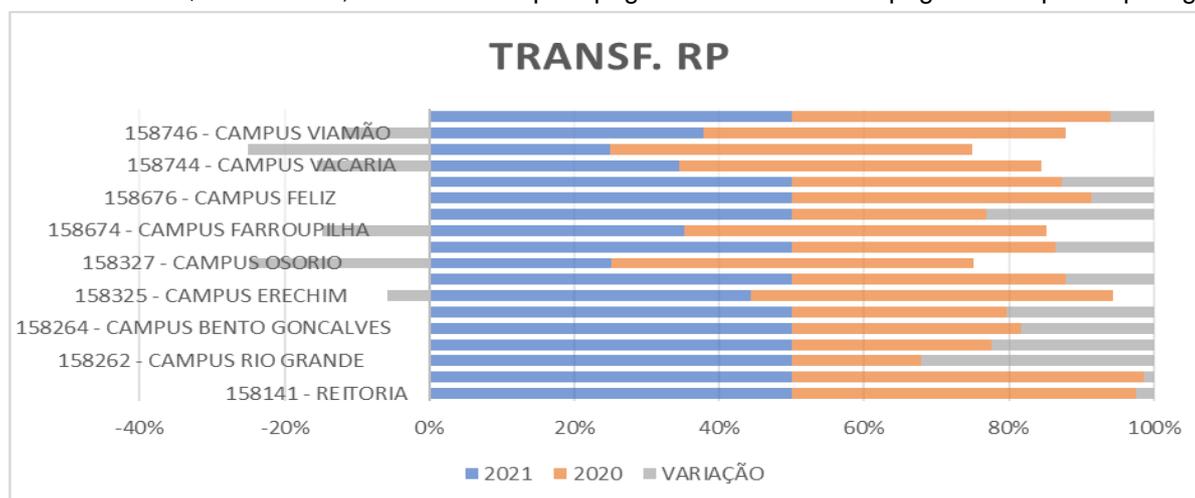
Dentre as Variações Patrimoniais Aumentativas destacamos o resultado positivo das Transferências e Delegações Recebidas, em um montante de R\$ 18,4 milhões (3,52%), em sua maior parte pelo repasse da Secretaria de Planejamento e Orçamento, correspondentes às transferências de recursos para pagamento de Restos a Pagar e para despesas da execução orçamentária do exercício vigente, quando comparado ao mesmo período do exercício anterior, e aumento na Valorização e ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos em R\$ 4,16 milhões (21,65%). Também destacamos o aumento de 78,87% na Exploração e venda de bens, serv. e direitos, no total de 1.41 milhões, conforme gráfico:



(A). Pela Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos: Venda de Estoques de Produção Vegetal nos campus Sertão (R\$ 516.444,15), Bento Gonçalves (R\$ 7.258,49) e Ibirubá (R\$ 260.635,68), e pela Venda de Estoque de Produção Animal nos campi Sertão (R\$ 315.380,55), Bento (R\$ 95.200,51) e Ibirubá (R\$ 116.963,54). Além da Exploração de Bens e Direitos, referente a taxas de uso de imóveis, de inscrição no processo seletivo e outros serviços, no valor total de R\$ 89.741,14.

(B) Pelas Transferências e Delegações Recebidas: repasse para atender despesas com Assistência Estudantil, repasses para atender a quota federal do salário educação FNDE, recursos livres da Seguridade Social, contribuições do servidor para o plano Seg. Soc. Serv. Público, contrib. Patronal Seg. Serv. Público, recursos financeiros e primários de livre aplicação, descentralização externa - SETEC/MEC para atender TEDs (6321,10543, Emenda RS 71220017, entre outros), recursos livres da seguridade social e recursos livres de aplicação.

(C) Pela Transferências recebidas para pagamento de RP: considerando o exercício de 2021, foram recebidos o montante de R\$ 20.477.605,60 de recursos para pagamentos de restos a pagar. Acompanhe pelo gráfico:



(D) Outras Transferências e Delegações: no exercício de 2021 o total de Outras Transferências e Delegações somou o total de R\$ 342.973,43, sendo que a Reitoria que possui o maior saldo, cerca de 70,19% do total, ou seja, R\$ 201.527,80, que são referentes a doações recebidas de outros entes públicos (Receita Federal, FAURGS e IFFAR).

(E) Valorização de Ganhos com Ativos: pela reavaliação de bens imóveis junto ao prédio sede do Campus Canoas, R\$ 5,59 milhões e ganho com alienação de bens móveis (campus Ibirubá, no valor de R\$ 6.535,25).

(F) Outras Variações Patrimoniais Aumentativas: ganhos com repasses de TED 01/2020, celebrado entre o IFRS e a UFRN, com o objetivo de integrar o Instituto à rede pública SIG-UFRN, no valor de R\$ 266.042,51. Além de outros ganhos com incorporação de ativos, através de ajustes nas contas de almoxarifado do campus Restinga, no valor de R\$ 8.727,09.

Isto posto, conclui-se que em 2021, houve uma melhora no resultado patrimonial, quando comparado ao exercício anterior, equivalente a R\$ 13,94 milhões, impactado de um lado pela comprovação de diversos valores recebidos para execução orçamentária e reavaliação de imóveis e por outro lado pela diminuição expressiva de incorporação de passivos, representados justamente, em sua maioria, pela inscrição de responsabilidade para aplicação de novos TEDs – Termos de Execução Descentralizada.

Os grupos relacionados ao desempenho valorativo de ativos (Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos X Desvalorização e Perda de Ativos e incorporação de passivos), que levam ao Resultado Valorativo de Ativos, apresentaram um resultado positivo na ordem de R\$ 13,94 milhões, decorrentes principalmente pela reavaliação de bens imóveis Campus Canoas, pela desincorporação de passivos pela prestação de contas de diversos TEDs, em contrapartida de menor incorporação de passivos pela responsabilidade de novos TEDs, o que resultou em uma variação equivalente a 60% em relação ao mesmo período do exercício anterior.

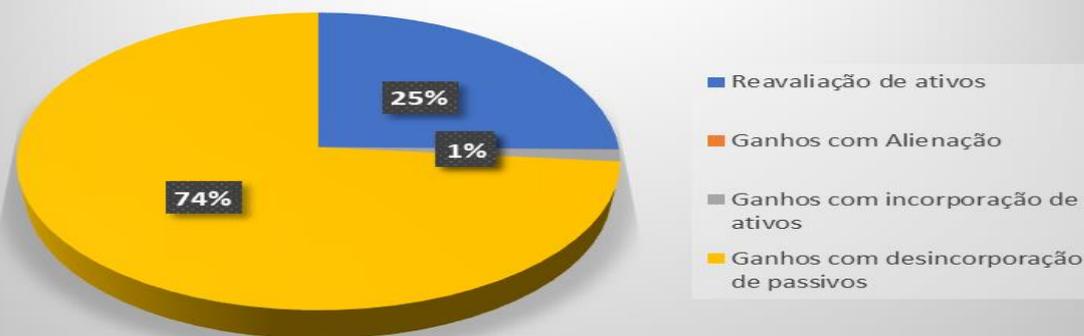
Abaixo, encontram-se as tabelas comparativas do resultado valorativo de ativos apurados até dezembro/2021, comparados ao mesmo período do ano anterior, bem como das variações comparativas relacionadas aos períodos mencionados.

Resultado Valorativo de Ativos Apurado na DVP - Composição					R\$	
	31/12/2021	31/12/2020	Variação (R\$)	AH(%)	AV(%)	
Variações de Ganhos com Ativos (I)	23.402.881,95	19.238.350,08	4.164.531,87	21,65	100,00	
Reavaliação de ativos	5.906.480,29	4.711.931,94	1.194.548,35	25,35	25,24	
Ganhos com Alienação	6.535,25	473,05	6.062,20	1281,51	0,03	
Ganhos com incorporação de ativos	299.005,45	318.634,56	-19.629,11	-6,16	1,28	
Ganhos com desincorporação de passivos	17.190.860,96	14.207.310,53	2.983.550,43	21,00	73,46	
Desvalorização e Perdas de Ativos (II)	9.461.578,88	10.524.958,96	1.063.380,08	-10,10	100,00	
Reavaliação, redução a valor recuperável	28,47	3.994,86	-3.966,39	-99,29	0,00	
Perdas involuntárias	15.571,07	2.241,25	13.329,82	594,75	0,16	
Incorporação de passivos	3.539.449,28	6.431.186,36	2.891.737,08	-44,96	37,41	
Desincorporação de ativos	5.906.530,06	4.087.536,49	1.818.993,57	44,50	62,43	
Resultado Valorativo de Ativos	13.941.303,07	8.713.391,12	5.227.911,95	60,00	100,00	

Fonte: Siafi 2020 e 2021 (DVP)

O item positivo do Resultado Valorativo de Ativos mais relevante está relacionado à transferência de passivo relativo a precatórios alimentares e à ganhos com reavaliação de imobilizado, no montante de R\$ 5,90 milhões até o quarto trimestre de 2021. Tais valores são demonstrados na figura que segue e correspondem em 73,46%, à prestação de contas e devolução de recursos de TEDs baixados pelos respectivos Órgãos repassadores. A reavaliação de ativos equivale a 25,24% e os ganhos com alienação e incorporação de ativos somam 1,31%.

Variações de Ganhos com Ativos



Houve, também, acréscimo nas VPDs tributárias, Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria, na ordem de 27%, com destaque para as Taxas e Contribuições ao PASEP, representando 73,26% do total das VPDs Tributárias, em relação ao período anterior. A combinação de acréscimos e deduções nas demais variações diminutivas levaram a um resultado final de R\$ 20,2 mil.

Variações Patrimoniais Diminutivas - Impostos, taxas e contribuições					
	31/12/2021	31/12/2020	Variação	AH(%)	AV(%)
VPDs - Tributárias	94.934,41	74.717,06	20.217,35	27,06	100,00
ICMS	635,97	4.000,11	-3.364,14	-84,10	0,67
IPI	159,07	1.874,77	-1.715,70	-91,52	0,17
Taxas	19.047,39	2.384,12	16.663,27	698,93	20,06
Taxas Inter OFSS Estado	57,69	0,00	57,69	100,00	0,06
Taxas Inter OFSS Município	50.507,39	47.541,99	2.965,40	6,24	53,20
Contribuições PIS/PASEP	14.194,74	8.532,95	5.661,79	66,35	14,95
Obrigações Patronais s/serviços PF	462,00	700,00	-238,00	-34,00	0,49
Contrib. p/ serv. Iluminação pública	4.889,11	5.233,68	-344,57	-6,58	5,15
Contrib. p/ serv. Iluminação pública Inter OFSS	4.981,05	4.449,44	531,61	11,95	5,25

Outras Variações Patrimoniais Diminutivas tiveram variação negativa com impacto no Resultado Patrimonial do IFRS, na ordem de -13,44%. Conforme demonstrado a seguir, estão diretamente relacionadas à Bolsa de Estudos no País, decréscimo de R\$ 1,17 milhões e Auxílio a Pesquisadores, decréscimo de R\$ 626 mil, representando praticamente todo o montante deste grupo. Em Restituições houve decréscimo de R\$ 8,2 mil, representando -55,33% em relação ao exercício anterior. Outras VPDs tiveram decréscimo e acréscimo em relação ao mesmo trimestre do período anterior, e suas repercussões contribuíram para o resultado deste grupo no montante de menos R\$ 1,80 milhões, conforme abaixo.

Variações Patrimoniais Diminutivas - Outras Variações Patrimoniais Diminutivas					
	31/12/2021	31/12/2020	Variação	AH(%)	AV(%)
VPD - Outras Variações Patrimoniais	11.609.949,88	13.413.157,72	-1.803.207,84	-13,44	100,00
Bolsas de Estudo no País	11.167.338,83	12.345.894,44	-1.178.555,61	-9,55	96,19
Auxílio p/ Desenvolv. De Estudos	71.201,49	65.471,45	5.730,04	8,75	0,61
Outros Incentivos à Educação	3.418,59	0,00	3.418,59	-	0,03
Auxílio à Pesquisador	356.223,33	982.663,72	-626.440,39	-63,75	3,07
Multas Administrativas	6,33	692,76	-686,43	-99,09	0,00
Indenizações	5.131,25	3.594,33	1.536,92	42,76	0,04
Restituições	6.630,06	14.841,02	-8.210,96	-55,33	0,06

Fonte: Siafi 2020 e 2021 (DVP)

Podemos observar que ocorreu uma redução de 9,55% nas Bolsas de Estudo, quando comparado com o exercício de 2020. Os campi que tiveram maior redução foram Osório, Sertão, Rio Grande, Rolante e Viamão. A reitoria teve

uma redução nas bolsas de 41,81%. Em compensação, os campi Bento Gonçalves, Ibirubá e Farroupilha realizaram acréscimos significativos nas bolsas de estudo no país.

Na tabela a seguir, apresenta-se a distribuição de Bolsa de Estudos no País, por Unidade Gestora do IFRS.

Unidades Gestoras	2021	2020	VARIAÇÃO	AH(%)	AV(%)
158141 - REITORIA	89.477,78	153.766,81	-64.289,03	-41,81	0,80
158261 - CAMPUS PORTO ALEGRE	1.251.745,93	1.392.846,58	-141.100,65	-10,13	11,21
158262 - CAMPUS RIO GRANDE	1.121.113,20	1.360.397,69	-239.284,49	-17,59	10,04
158263 - CAMPUS SERTÃO	1.051.347,29	1.416.650,16	-365.302,87	-25,79	9,41
158264 - CAMPUS BENTO GONCALVES	629.791,86	543.972,76	85.819,10	15,78	5,64
158265 - CAMPUS CANOAS	556.686,36	553.483,95	3.202,41	0,58	4,98
158325 - CAMPUS ERECHIM	559.106,42	596.576,84	-37.470,42	-6,28	5,01
158326 - CAMPUS RESTINGA	1.294.380,97	1.279.233,84	15.147,13	1,18	11,59
158327 - CAMPUS OSORIO	479.693,97	654.282,84	-174.588,87	-26,68	4,30
158328 - CAMPUS CAXIAS DO SUL	705.056,50	714.921,45	-9.864,95	-1,38	6,31
158674 - CAMPUS FARROUPILHA	251.939,74	229.183,04	22.756,70	9,93	2,26
158675 - CAMPUS IBIRUBÁ	321.858,64	291.920,85	29.937,79	10,26	2,88
158676 - CAMPUS FELIZ	418.129,18	419.281,48	-1.152,30	-0,27	3,74
158743 - CAMPUS ROLANTE	607.497,30	707.315,69	-99.818,39	-14,11	5,44
158744 - CAMPUS VACARIA	275.614,57	300.035,32	-24.420,75	-8,14	2,47
158745 - CAMPUS ALVORADA	813.170,73	879.399,45	-66.228,72	-7,53	7,28
158746 - CAMPUS VIAMÃO	740.728,39	852.625,69	-111.897,30	-13,12	6,63
TOTAL	11.167.338,83	12.345.894,44	-1.178.555,61	-9,55	100,00

Fonte: Siafi 2020 e 2021 (DVP)

Nota 11 – Resultado Orçamentário

O resultado orçamentário é originado a partir da confrontação entre receitas arrecadadas e as despesas legalmente empenhadas no período, tendo em vista critério estabelecido pelo art. 35 da Lei nº 4.320/1964.

Até o quarto trimestre de 2021 as receitas realizadas montaram aproximadamente R\$ 1,55 milhão, enquanto que as despesas empenhadas perfizeram o montante de R\$ 494 milhões.

De acordo com informações extraídas do Balanço Orçamentário, o empenho de despesas correspondeu a 98% da dotação atualizada considerando a Lei Orçamentária Anual Nº14.144, de 22 de abril de 2021, no exercício de 2021 lembrando que, até o quarto trimestre, 98% desses empenhos já haviam sido liquidados.

A realização de receitas até o quarto trimestre alcançou 127% da previsão atualizada de arrecadação de receitas correntes, orçada em R\$ 1,20 milhões, com destaque para Receitas Agropecuárias que somaram R\$ 1,31 milhão. As despesas em que pese apresentaram valores bem mais expressivos em termos monetários na ordem de R\$ 494 milhões, refletem uma execução equilibrada até o período, se comparados com o montante de compromissos assumidos que montam R\$ 442 milhões, em sua maioria referente a despesas com pessoal, considerando o empenho prévio por estimativa de várias rubricas até o final do exercício, dependendo ainda de reforços e cancelamentos destes empenhos, a depender da liberação dos recursos orçamentários pela SPO/MEC.

Receitas

As receitas realizadas até o final do exercício de 2021, em comparação com as do mesmo período de 2020, estão distribuídas nas seguintes categorias, conforme demonstrado nos respectivos Balanços Orçamentários:

Receita Realizada - Categoria Econômica

	31/12/2021	31/12/2020	AH(%)	AV(%)
Receitas Correntes	1.529.571,10	831.879,33	83,87	99,25
Receitas de Capital	11.609,00	4.996,80	132,33	0,75
TOTAL	1.541.180,10	836.876,13	84,16	100,00

Fonte: Siafi 2020 e 2021 (BO)

Comparando-se as receitas realizadas até o final do exercício de 2021 com o mesmo período de 2020, percebe-se uma variação de aproximadamente 84% na arrecadação.

O crescimento observado importa em aproximadamente R\$ 704 mil, afetando positivamente o desempenho da arrecadação quando comparado com o mesmo período do ano anterior, que pode ser demonstrada conforme tabela a seguir:

Receita Realizada - Composição

	31/12/2021	31/12/2020	AH(%)	AV(%)
Receitas Patrimonial	33.425,30	40.022,47	-16,48	2,19
Receitas Agropecuária	1.311.882,92	667.502,60	96,54	85,77
Receita Industrial	1.248,00	28.782,93	-95,66	0,08
Receita de Serviços	34.280,27	56.361,71	-39,18	2,24
Outras Receitas Correntes	148.734,61	39.209,62	279,33	9,72
TOTAL Receitas Correntes	1.529.571,10	831.879,33	83,87	100,00
Alienação de Bens	11.609,00	4.996,80	132,33	-
TOTAL de Receitas de Capital	11.609,00	4.996,80	132,33	100,00
TOTAL	1.541.180,10	836.876,13	84,16	-

Fonte: Siafi 2020 e 2021 (BO)

Analisando o comportamento da Receita, percebe-se que a variação resulta, principalmente, pelo aumento em mais de R\$ 644 mil na arrecadação de Receita Agropecuária, que no mesmo período do exercício anterior foi menor em razão da época e condições de mercado mais desfavoráveis (2020) em que foram comercializados os produtos agrícolas.

Conforme evidenciado na tabela anterior, cerca de 86% das receitas arrecadadas até o quarto trimestre de 2021, ou seja, R\$ 1,31 milhão, refere-se à realização de Receita Agropecuária relativa a receitas da produção vegetal e produção animal e derivados nos campi Sertão, Bento Gonçalves e Ibirubá.

Pela tabela anterior, pode ser percebido que, até o quarto trimestre de 2021, a arrecadação de Outras Receitas Correntes cresceu em cerca de R\$ 109 mil em relação ao mesmo período de 2020, corresponde a segunda maior arrecadação do IFRS, representando aproximadamente 10% da arrecadação total, com destaque para restituição de despesas de exercícios anteriores no montante de R\$ 140 mil.

Na tabela a seguir, é evidenciada a composição da arrecadação de Receita Agropecuária e de Outras Receitas Correntes, tendo como base os fatos geradores desta arrecadação.

Receita Agropecuária - Composição

	31/12/2021	31/12/2020	AH(%)	AV(%)
Receita de Produção Vegetal	784.338,32	236.447,67	231,72	50,89
Receita de Produção Animal e Derivados	527.544,60	431.054,93	22,38	34,23
TOTAL	1.311.882,92	667.502,60	96,54	85,12

Fonte: Siafi 2020 e 2021 (BO)

Outras Receitas Correntes - Composição

	31/12/2021	31/12/2020	AH(%)	AV(%)
Demais Receitas Correntes	0,00	29.780,16	-100,00	0,00
Indenização por Danos Causados ao Patr. Púb.	140.289,45	9.429,46	1387,78	93,98
Multas e Juros Previstos em Contrato	8.445,16	0,00	-	5,68
TOTAL	148.734,61	39.209,62	279,33	100,00

Fonte: Siafi 2020 e 2021 (BO)

Observa-se que, tanto nas Receitas Agropecuárias como em Outras Receitas Correntes, houve um aumento significativo de arrecadação em 2021, quando comparado ao mesmo período de 2020. A Agropecuária teve uma arrecadação 96,54% a mais que em 2020, sendo que essas receitas estão presentes em apenas três campi do órgão, Bento Gonçalves, Ibirubá e Sertão, considerados os campi agrícolas do IFRS. As Outras Receitas Correntes cresceram em arrecadação em 279%.

Despesas

Como explanado anteriormente, o resultado orçamentário é a diferença entre as receitas arrecadadas e as despesas legalmente empenhadas no período, tendo em vista critério estabelecido pelo art. 35 da Lei nº 4.320/1964.

De acordo com o art. 58 daquela Lei, empenho da despesa é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição.

Nesta fase da execução da despesa pública ainda não é possível afirmar se a despesa foi efetivamente realizada, ou seja, não há condições de assegurar se o bem ou material adquirido foi entregue pelo seu fornecedor ou se o serviço contratado foi efetivamente prestado pelo contratado.

Nesta etapa é possível declarar apenas que os recursos consignados na Lei Orçamentária Anual estão reservados, assegurados para a realização de alguma finalidade pública, tendo como executante determinado fornecedor de bens e serviços demandados pela Administração Pública, nominalmente identificados.

O empenho de despesas no período em análise somou a quantia aproximada de R\$ 494 milhões, enquanto que no mesmo período de 2020, tal fase da execução da despesa pública totalizou R\$ 479 milhões.

As despesas correntes representam 97,85% do montante empenhado no exercício.

Houve um pequeno aumento no total das despesas empenhadas (3,12%), quando comparado ao exercício de 2020. As Despesas de Capital sofreram uma redução de 30,44%, com relação ao exercício anterior.

Despesas Empenhadas – Composição	R\$			
	31/12/2021	31/12/2020	AH(%)	AV(%)
Despesas Correntes	483.621.296,19	464.009.581,42	4,23	97,85
Despesas de Capital	10.647.973,44	15.307.629,80	-30,44	2,15
TOTAL	494.269.269,63	479.317.211,22	3,12	100,00

Fonte: Siafi 2020 e 2021 (BO)

As despesas correntes empenhadas com maior preponderância no universo da referida categoria econômica referem-se ao grupo de natureza da despesa intitulado “Pessoal e Encargos Sociais”, o qual montou a quantia aproximada de R\$ 421 milhões. Outras Despesas Correntes totalizam aproximadamente R\$ 62 milhões em 2021. Considerando as Despesas de Capital, 100% se referem a despesas com Investimentos (Obras em Andamento e aquisição de máquinas, equipamentos, mobiliários em geral, etc).

Despesas Correntes – Composição	R\$			
	31/12/2021	31/12/2020	AH(%)	AV(%)
Pessoal e Encargos Sociais	421.432.835,62	394.309.326,32	6,88	87,14
Outras Despesas Correntes	62.188.460,57	69.700.255,10	-10,78	12,86
TOTAL	483.621.296,19	464.009.581,42	4,23	100,00

Fonte: Siafi 2020 e 2021 (BO)

Segundo informações extraídas do SIAFI, o grupo de natureza da despesa “Pessoal e Encargos Sociais” é constituído dos seguintes elementos de despesa:

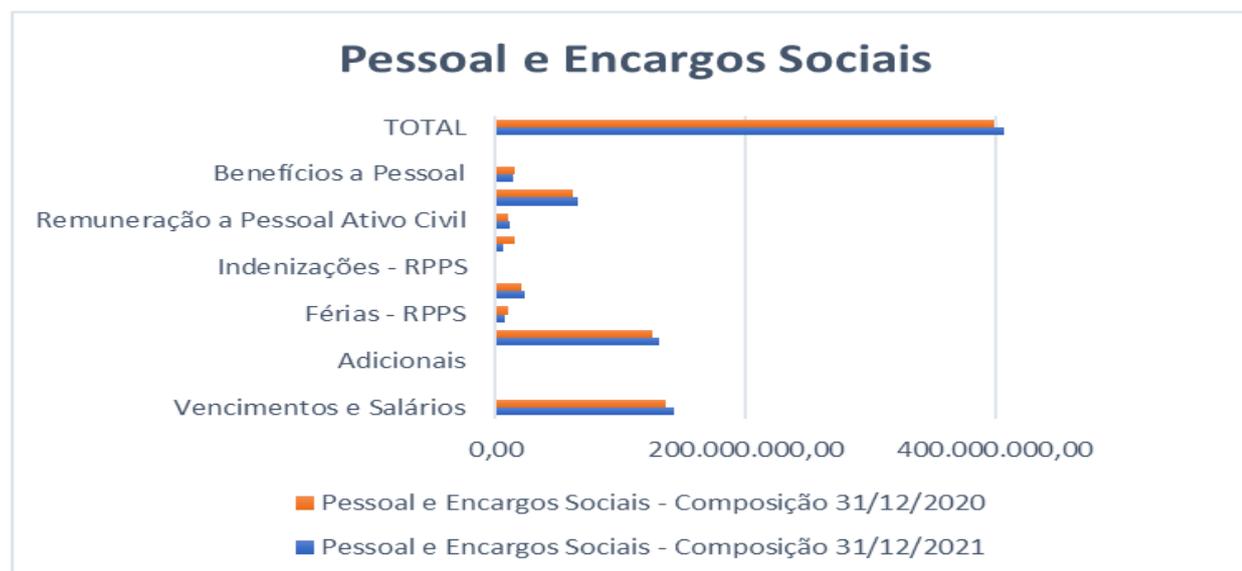
Pessoal e Encargos Sociais - Composição	R\$				
	31/12/2021	AV(%)	31/12/2020	AV(%)	AH(%)
Vencimentos e Salários	143.593.196,11	35,25	136.059.007,46	34,11	5,54
Abonos	645.141,86	0,16	589.636,97	0,15	9,41
Adicionais	308.987,33	0,08	305.308,28	0,08	1,21
Gratificações	130.752.829,89	32,10	125.480.105,99	31,46	4,20
Férias - RPPS	7.817.421,77	1,92	10.893.577,49	2,73	-28,24
13º Salário - RPPS	23.068.163,10	5,66	20.456.110,51	5,13	12,77
Indenizações - RPPS	20.729,99	0,01	23.069,13	0,01	-10,14
Sentenças Judiciais - Pessoal Ativo	7.049.381,41	1,73	15.597.107,25	3,91	-54,80
Remuneração a Pessoal Ativo Civil	11.717.540,44	2,88	10.932.707,87	2,74	7,18
Encargos Patronais	66.680.107,76	16,37	62.462.854,61	15,66	6,75
Benefícios a Pessoal	14.956.615,71	3,67	15.427.799,41	3,87	-3,05
Outras VPD - Pessoal e Encargos	689.356,33	0,17	681.479,64	0,17	1,16
TOTAL	407.299.471,70	100,00	398.908.764,61	100,00	2,10

Fonte: Siafi 2020 e 2021 (BO)

Pela tabela acima, percebe-se que o grupo de natureza da despesa “Pessoal e Encargos Sociais” teve um acréscimo de cerca de 2,10% até o encerramento de 2021, em relação ao mesmo período de 2020, evidenciando uma evolução no empenho de despesas da ordem de R\$ 8,4 milhões. Destacamos as despesas com Vencimentos e Salários teve um aumento de 5,54%, aproximadamente 7,54 milhões.

A Despesa com Férias - RPPS teve uma queda de 28,24%, além das Sentenças Judiciais, que reduziram 54,80% e as despesas com Indenizações, -10,14%, com uma redução de valor de aproximadamente 12 milhões.

A Remuneração de Pessoal Ativo Civil teve um aumento de 7,18%, totalizando aproximadamente 785 mil. Nessa mesma linha, os Encargos Patronais reduziram 6,75%, ou seja, 4,21 milhões.



Em relação às despesas empenhadas com outras despesas correntes, observa-se um decréscimo de aproximadamente R\$ 7,5 milhões equivalente a -10,78%, quando comparado com o mesmo período do exercício anterior. Destacam-se as despesas com Auxílio-Alimentação Cívica, cujas despesas empenhadas somam no período R\$ 11,52 milhões, Bolsas de Estudo no País R\$ 11,16 milhões, Serviços de Vigilância Ostensiva Monitorada R\$ 4,70 milhões, Ressarcimento de Assistência Médica Odontológica R\$ 4,41 milhões, Manutenção e Conservação de Bens Imóveis R\$ 3,99 milhões e Limpeza e Conservação R\$ 3,10 milhões, que somam 62,66% do total empenhado e que correspondem às maiores despesas do período em valores absolutos.

Algumas despesas tiveram um aumento significativo e cabe destaque: Gêneros de Alimentação cresceu em despesa em 187%, Material p/ Manut. de Bens Móveis cresceu em 66% e Material Destinado a Assistência Social aumentou sua despesa em 34%.

Por outro lado, podemos destacar também algumas despesas que tiveram a maior variação percentual no período, como por exemplo, Outras Despesas de Pessoal Terceirizado, no montante de R\$ 580 mil, Comissões e Corretagens, no montante de R\$ 328 mil, com variação percentual significativa, quando comparado a 2020.

Na análise, se observa que a Despesa de Comissões e Corretagens teve essa variação em razão do novo contrato de manutenção de veículos e combustíveis que passou a ser gerenciado desta forma.

Observa-se o decréscimo de gastos em diversas despesas, tais como Locação de Softwares (-61,36%), Auxílio a Pesquisadores (-58,56%), Material para Manut. de Imóveis e Instalações (-56,55%), Estagiários (-43,66%), Serviços de Apoio ao Ensino (-40,75%), Limpeza e Conservação (-37,54%), Auxílio Creche civil (-36,25%) e Serviços de Energia Elétrica (-31,90%). Estas reduções foram provocadas, em parte, pela política de liberação de recursos de limites orçamentários e também em decorrência das medidas adotadas pelo IFRS para combate à pandemia COVID-19, com destaque para a suspensão das aulas e também pela implantação do trabalho remoto.

Outras Despesas Correntes - Composição	R\$			
	31/12/2021	31/12/2020	AH(%)	AV(%)
AUXILIO-ALIMENTACAO CIVIS	11.518.784,08	11.455.014,51	0,56	18,52
BOLSAS DE ESTUDO NO PAÍS	11.167.338,83	12.662.555,38	-11,81	17,96
VIGILANCIA OSTENSIVA/MONITORADA/RASTREAMENTO	4.762.459,72	5.901.363,32	-19,30	7,66
RESSARCIMENTO ASSISTENCIA MEDICA/ODONTOLOGICA	4.417.370,34	4.349.901,57	1,55	7,10
MANUTENCAO E CONSERV. DE BENS IMOVEIS	3.996.510,85	4.028.599,75	-0,80	6,43
LIMPEZA E CONSERVACAO	3.104.210,84	4.969.921,93	-37,54	4,99
SERV. DE APOIO ADMIN., TECNICO E OPERACIONAL	2.448.128,19	2.690.701,92	-9,02	3,94
SERVICOS DE ENERGIA ELETRICA	1.830.792,70	2.688.413,21	-31,90	2,94
AUXILIO-CRECHE CIVIL	1.196.279,65	1.876.599,10	-36,25	1,92
SERVICOS DE APOIO AO ENSINO	907.897,95	1.532.316,89	-40,75	1,46
MATERIAL DESTINADO A ASSISTENCIA SOCIAL	787.023,30	587.351,53	34,00	1,27
AUXILIO-ALIMENTACAO	729.966,74	921.580,53	-20,79	1,17
OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL - TERCEIRIZACAO	580.132,81	0,00	-	0,93
SERVICOS DOMESTICOS	564.367,70	798.841,10	-29,35	0,91
LOCACAO DE IMOVEIS	555.200,46	736.983,72	-24,67	0,89
ALIMENTOS PARA ANIMAIS	485.358,02	602.907,50	-19,50	0,78
MATERIAL P/ MANUT.DE BENS IMOVEIS/INSTALACOES	436.987,21	1.005.618,90	-56,55	0,70
AUXILIO A PESQUISADORES	425.586,93	1.026.874,73	-58,56	0,68
SERVICOS DE OUTSOURCING - ALMOXARIFADO VIRTUAL	385.912,51	525.782,50	-26,60	0,62
OUTSOURCING DE IMPRESSAO	378.192,82	437.915,89	-13,64	0,61
SERVICOS DE ÁGUA E ESGOTO	364.373,17	546.255,73	-33,30	0,59
GENEROS DE ALIMENTACAO	349.063,97	121.495,33	187,31	0,56
ESTAGIARIOS	348.504,21	618.539,93	-43,66	0,56
COMISSOES E CORRETAGENS	328.191,20	0,37	-	0,53
AUXILIO-TRANSPORTE CIVIS	296.537,24	697.118,02	-57,46	0,48
INDENIZACAO DE MORADIA - PESSOAL CIVIL	259.238,89	253.762,52	2,16	0,42
LOCACAO DE SOFTWARES	255.065,71	660.103,50	-61,36	0,41
MANUT. E CONSERV. DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	239.763,72	559.432,50	-57,14	0,39
SEGUROS EM GERAL	208.918,86	194.933,59	7,17	0,34
RESSARCIMENTO DE MENSALIDADES	205.889,16	320.115,03	-35,68	0,33
MATERIAL ELETRICO E ELETRONICO	203.690,02	243.816,81	-16,46	0,33
MATERIAL QUIMICO	187.252,97	259.686,41	-27,89	0,30
MANUT. CORRETIVA/ADAPTATIVA E SUSTENT. SOFTWARES	182.727,99	176.782,12	3,36	0,29
AUXILIOS PARA DESENV. DE ESTUDOS E PESQUISAS	163.901,19	187.316,33	-12,50	0,26
MATERIAL P/ MANUTENCAO DE BENS MOVEIS	132.979,09	79.982,15	66,26	0,21
MATERIAL P/ MANUTENCAO DE VEICULOS	124.402,49	323.987,48	-61,60	0,20
MANUTENCAO E CONSERV. DE VEICULOS	121.985,44	173.910,22	-29,86	0,20
SUPORTE DE INFRAESTRUTURA DE TIC	119.759,68	123.014,01	-2,65	0,19
PESSOAL REQUISITADO DE OUTROS ORGAOS DA APF	111.307,44	119.948,22	-7,20	0,18
COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES AUTOMOTIVOS	105.491,67	132.903,92	-20,63	0,17
MATERIAIS E MEDICAMENTOS P/ USO VETERINARIO	86.229,62	115.582,15	-25,40	0,14
DEMAIS DESPESAS CORRENTES	7.114.685,19	4.992.324,78	42,51	11,44
TOTAL	62.188.460,57	69.700.255,10	-10,78	100,00

Fonte: Siafi 2020 e 2021

Em relação aos recursos orçamentários destinados ao Investimento, houve uma redução de mais de 30%, quando comparado ao exercício de 2020. O valor empenhado a menor foi de R\$ 4,60 milhões. As principais reduções foram nas despesas de Obras em Andamento (-41,73%), Mobiliário em geral (-58,39%), Aparelhos e Utensílios Domésticos (-63,36%), Coleções e Materiais Bibliográficos (-66,70%), Máquinas e Equipamentos Industriais (-97,23%), Máquinas e Equipamentos Energéticos (71,89%). Alguns investimentos tiveram um valor a maior despendido em 2021, quando comparado a 2020, são eles: Equipamentos de TIC - computadores (27,37%), Equipamentos de TIC - Ativos de Rede (111,39%), Material de TIC (Permanente) (265,53%), Instrumentos Musicais e Artísticos (310%) e Aquisição de Software Pronto (141,7%). Podemos observar que houve destaque para as aquisições de itens de TIC, que somam 36,27% do total investido.

Outras Despesas Capital - Composição	R\$			
	31/12/2021	31/12/2020	AH(%)	AV(%)
OBRAS EM ANDAMENTO	4.110.687,69	7.053.956,63	-41,73	38,61
EQUIPAMENTOS DE TIC - COMPUTADORES	2.326.881,07	1.826.905,40	27,37	21,85
MOBILIARIO EM GERAL	389.718,57	936.521,40	-58,39	3,66
INSTALACOES	564.762,43	768.853,12	-26,54	5,30
APAR.EQUIP.UTENS.MED.,ODONT,LABOR.HOSPIT.	456.435,74	711.665,04	-35,86	4,29
EQUIPAMENTOS PARA AUDIO, VIDEO E FOTO	336.385,68	704.568,92	-52,26	3,16
APARELHOS E UTENSILIOS DOMESTICOS	117.679,55	321.184,77	-63,36	1,11
SERVICOS DE APOIO AO ENSINO	0,00	300.000,00	-100,00	0,00
EQUIPAMENTOS DE TIC - SERVIDORES/STORAGE	289.891,00	293.367,20	-1,18	2,72
MAQUINAS, UTENSILIOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS	112.689,26	286.235,23	-60,63	1,06
EQUIPAMENTOS DE TIC - ATIVOS DE REDE	516.116,53	244.150,66	111,39	4,85
MAQ., FERRAMENTAS E UTENSILIOS DE OFICINA	156.821,85	227.397,46	-31,04	1,47
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGETICOS	58.697,92	208.841,53	-71,89	0,55
APARELHOS DE MEDICAO E ORIENTACAO	101.475,47	204.803,98	-50,45	0,95
COLECOES E MATERIAIS BIBLIOGRAFICOS	66.511,30	199.718,16	-66,70	0,62
MATERIAL DE TIC (PERMANENTE)	674.074,04	184.411,19	265,53	6,33
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS DE NATUREZA INDUSTRIAL	2.919,70	105.308,44	-97,23	0,03
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS AGRIC. E RODOVIARIOS	55.248,92	91.313,02	-39,50	0,52
EQUIP. E UTENSILIOS HIDRAULICOS E ELETRICOS	52.920,31	88.453,53	-40,17	0,50
ESTUDOS E PROJETOS	0,00	81.152,00	-100,00	0,00
APARELHOS E EQUIP. P/ ESPORTES E DIVERSOES	3.191,00	80.190,83	-96,02	0,03
EQUIPAMENTO DE PROTECAO, SEGURANCA E SOCORRO	0,00	72.916,95	-100,00	0,00
MANUTENCAO EVOLUTIVA DE SOFTWARE	0,00	62.490,00	-100,00	0,00
AUXILIO/BOLSA A PESQUISADORES	5.652,71	57.547,04	-90,18	0,05
EQUIPAMENTOS DE TIC - IMPRESSORAS	31.240,00	44.272,60	-29,44	0,29
EQUIPAMENTOS DE TIC - TELEFONIA	23.672,00	37.540,45	-36,94	0,22
INSTRUMENTOS MUSAICAIS E ARTISTICOS	113.758,00	27.722,41	310,35	1,07
AQUISICAO DE SOFTWARE PRONTO	64.400,00	26.642,93	141,72	0,60
MATERIAL DE TIC (CONSUMO)	0,00	25.076,10	-100,00	0,00
PECAS NAO INCORPORAVEIS A IMOVEIS	0,00	24.750,00	-100,00	0,00
SEMOVENTES E EQUIPAMENTOS DE MONTARIA	15.000,00	0,00	-	0,14
DEMAIS DESPESAS DE CAPITAL	1.142,70	9.672,81	-88,19	0,01
TOTAL	10.647.973,44	15.307.629,80	-30,44	100,00

Fonte: Siafi 2020 e 2021

Restos a Pagar

Conforme evidenciado na tabela abaixo, a grande maioria dos Restos a Pagar Processados do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do RS são relativas a Despesas Correntes, com destaque para Pessoal e Encargos Sociais R\$ 24,75 milhões, que correspondem a aproximadamente 91% dos valores inscritos em restos processados em razão de que a folha de pagamento e encargos apesar de pagos no próprio exercício só são

quitados efetivamente no exercício seguinte pelo trâmite de processamento no SIAFI. Já as Outras Despesas Correntes no montante de R\$ 4,55 milhões, representam aproximadamente 7,86% dos valores processados inscritos e referem-se especialmente a benefícios decorrentes da despesa com pessoal como auxílio alimentação, ressarcimentos do plano de saúde, auxílio transporte e de compromissos assumidos pela prestação de serviços de terceiros, (vigilância, limpeza, energia, comunicação, etc.), e os Investimentos R\$ 368 mil, que representam 1,35% do montante e referem-se a obras e instalações e aquisição de equipamentos e materiais permanentes. Observe-se que no exercício de 2021 o IFRS pagou o valor de R\$ 27,2 milhões de Restos a Pagar Processados, equivalentes a 99,91% do montante processado inscrito, o que evidencia a busca permanente do IFRS em quitar os compromissos assumidos com seus fornecedores.

Quanto aos Restos a Pagar Não Processados, 39,81% referem-se Outras Despesas Correntes equivalentes a R\$ 12,42 milhões, composto principalmente pela aquisição de diversos materiais de consumo e também pela contratação de serviços de terceiros pessoa jurídica. Quanto as Despesas de Capital, 39,92% dos valores inscritos em não processados referem-se a Investimentos equivalentes a R\$ 11,13 milhões, composto por obras e instalações e equipamentos e materiais permanentes e 20,11% refere-se a valores de Restos a Pagar Não Processados Reinscritos, que correspondem a R\$ 1,40 milhões. Ao longo do exercício de 2021 o IFRS pagou o montante de R\$ 17,27 milhões em Restos Não Processados, equivalentes a 65,58% dos compromissos assumidos, restando o montante de R\$ 6,37 milhões para serem pagos, o que equivale a 21,83% do total inscrito, já descontando os valores cancelados no exercício e que correspondem a 12,59%, equivalentes a R\$ 1,39 milhões.

A seguir, a composição dos Restos a Pagar Processados e Não Processados e gráficos que demonstram esta composição.

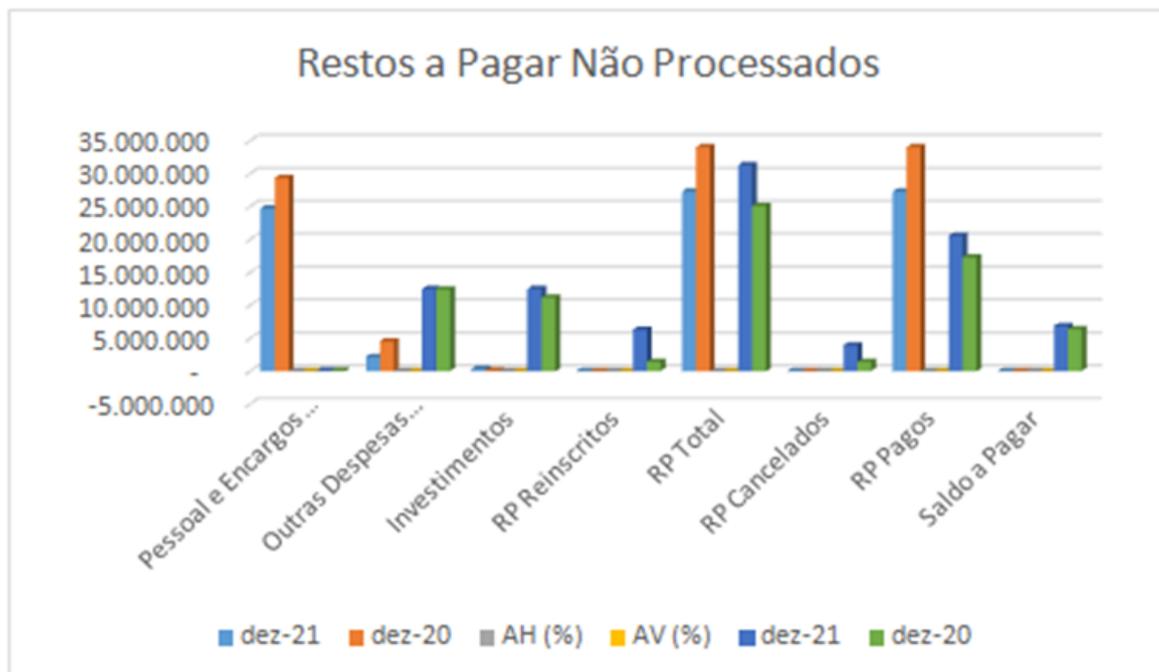
Restos a Pagar - Composição

	Restos a Pagar Processados				Restos a Pagar Não Processados			
	31/12/21	01/12/20	AH(%)	AV (%)	01/12/21	01/12/20	AH (%)	AV (%)
Pessoal e Encargos Sociais	24.753.098	29.366.125	-15,71	90,71	50.911	83.269	-38,86	0,16
Outras Desp. Correntes	2.145.078	4.554.798	-52,91	7,86	12.461.457	12.421.355	0,32	39,81
Investimentos	368.732	108.305	240,46	1,35	12.497.918	11.138.572	12,20	39,92
RP Reinscritos	20.431	15.169	34,69	0,07	6.295.721	1.402.108	349,02	20,11
RP Total	27.287.339	34.044.397	-19,85	100,00	31.306.006	25.045.305	25,00	100,00
RP Cancelados	5.199	5.477	-5,09	0,02	3.941.732	1.398.042	181,95	12,59
RP Pagos	27.265.374	34.018.489	-19,85	99,91	20.529.281	17.272.122	18,86	65,58
Saldo a Pagar	16.766	20.431	-17,94	0,06	6.834.993	6.375.141	7,21	21,83

Fonte: Siafi 2021 e 2021

Restos a Pagar Processados e Não Processados





Nota 12 – Despesas com Enfrentamento Calamidade Pública – COVID-19

No período houve a aquisição de computadores portáteis tipo tablets para atender estudantes em vulnerabilidade socioeconômica a fim de auxiliar nas atividades pedagógicas não presenciais durante o período de pandemia, dentro das ações para fazer frente ao enfrentamento à calamidade pública decorrentes da COVID-19, Projeto de Inclusão Digital da PROEN – Pró-reitoria de Ensino, no valor de R\$ 59.200,00. Além de diversas medidas adotadas pelo Comitê do IFRS, que trabalha nas ações de combate e prevenção contra o Coronavírus.